

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**APRENDENDO A PLANTAR ESPINHO:  
A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA PELA TERRA NO  
Assentamento Irmã Adelaide em Miracema – TO**

Antonio Miranda de Oliveira  
Orientadora: Profa. Dra. Arlene Carvalho de Assis Clímaco

**GOIÂNIA – GO  
2002**

**ANTONIO MIRANDA DE OLIVEIRA**

**APRENDENDO A PLANTAR ESPINHO:  
A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA PELA TERRA NO  
Assentamento Irmã Adelaide em Miracema – TO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação- para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Arlene Carvalho de Assis Clímaco.

Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

**GOIÂNIA – GO  
2002**

**ANTÔNIO MIRANDA DE OLIVEIRA**

**APRENDENDO A PLANTAR ESPINHOS: A DIMENSÃO  
EDUCATIVA DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO  
IRMÃ ADELAIDE EM MIRACEMA-TO**

Dissertação defendida e aprovada em 20 de dezembro de 2002, pela  
Banca Examinadora constituída pelos professores.

*Clímaco*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Arlene Carvalho de Assis Clímaco  
Presidente da Banca

*Jm*

---

Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa

*Ana Lúcia da Silva*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia da Silva

Este trabalho é dedicado a meu Pai (Augusto) *in memoriam*, o mais importante sertanejo que conheci. Ensinou-me a respeitar as coisas simples; morreu na cidade com a alma no sertão. A minha mãe (Margarida), a meus irmãos, irmãs; a todos os trabalhadores rurais que constroem, na terra, um outro modo de viver e, em especial a minha *DEUSA*, com carinho e aos meninos Lorena, Ricardo e John.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi construído com a participação de muita gente, que ao longo destes dois anos e, muito antes, foi lhe dando vida e das mais variadas formas.

Agradeço a toda a minha família que sempre esteve presente, cada um do seu modo, durante toda minha vida.

Sou grato a todos os meus colegas do Mestrado em Educação: Marilda, Damião, Jocyelma, Maria de Fátima, José Carlos, Juciley, Ana, Benvinda, Maria Zoreide, Zaira, Nelson, Eugênio, Cristina e, em especial minha amiga Dilsilene que participou ativamente dos bastidores dessa dissertação.

Quero agradecer a Capes e a UFG – Faculdade de Educação, por ter acreditado no nosso potencial. Em especial, agradeço aos professores: Luís Dourado, Maria Hermínia, Ildeu Moreira, Anita Resende, Marcos Loureiro e Carlos Brandão. Às secretárias da Coordenação do Mestrado, muito obrigado.

Agradeço muito a Universidade do Tocantins; ao Campus de Arraias (tudo começou ali); a todos os colegas professores (do passado: a Maroca e o Bené), funcionários e alunos (de todos os cursos) do Campus de Miracema, principalmente aqueles colegas que tiveram que aumentar o seu fardo para que eu pudesse fazer o Mestrado, em especial os Professores: Fábio Antonio, José Carlos e Juciley Evangelista que não optaram pela saída descomprometida de ministrar sua aula e voltar para casa. Todos vocês, alunos, professores e funcionários, inclusive aqueles que combatem o meu modo de pensar e fazer as coisas, acreditem, contribuíram muito ao longo desses anos com minha formação.

Foi muito enriquecedor o semestre que ficamos em Goiânia. Minha sogra (dona Gerônima), meus cunhados e cunhadas deram uma ajuda valiosa.

Um agradecimento especial ao Samarate Luiz Filho, pela organização do texto dentro das normas de apresentação, foi muito trabalho, obrigado; e aos técnicos do Ruraltins pelas contribuições, principalmente Rorilândio e Duarte.

Destaco ainda, pela paciência, compreensão, segurança e importantes contribuições para este trabalho, os professores membros da Banca Examinadora: Arlene Carvalho de Assis Clímaco (minha Orientadora); Ana Lúcia da Silva (membro) e, em especial o professor Jadir de Moraes Pessoa (membro) pelo exemplo de dedicação ao ofício de ensinar/aprender.

Agradeço também a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente os do Assentamento Irmã Adelaide, que me receberam em suas casas e permitiram a realização deste trabalho.

E, de maneira especial, agradeço a minha DEUSA, e aos meninos (a Lorena, o Ricardo e o John), que sendo tão bela e humana, sabe entender algumas opções que faço na vida. Desculpe ficar tanto tempo sem uma pescaria. Estive pescando as práticas educativas da luta pela terra no Assentamento Irmã Adelaide.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho (José de Sousa Martins).

## SUMÁRIO

|  |        |
|--|--------|
| Lista de Ilustrações.....  | 9      |
| Lista de Siglas.....   | 10     |
| Resumo.....  | 11     |
| Abstract.....  | 12     |
| <br>INTRODUÇÃO.....  | <br>14 |
| <br>I. MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL E NO TOCANTINS.....                                    | <br>26 |
| 1.1 O que caracteriza um movimento social.....   | 26     |
| 1.2 A prática educativa dos movimentos sociais.....                                      | 37     |
| 1.3 A luta pela terra: Brasil, Goiás e Tocantins.....                                    | 40     |
| 1.4 O sindicalismo rural no Tocantins.....   | 44     |
| 1.5 Classes sociais no campo.....  | 48     |
| <br>II. CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAÍDE.....                                | <br>60 |
| 2.1 Aspectos geográficos e econômicos do município de<br>Miracema do Tocantins.....      | 60     |
| 2.2 Caracterizando o Assentamento Irmã Adelaide.....                                     | 62     |
| <br>III. AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LUTA PELA TERRA<br>NO ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAÍDE..... | <br>68 |
| 3.1 Religião e faixa etária dos assentados.....  | 71     |

|  |     |
|--|-----|
| 3.2 O assentamento e sua infra-estrutura.....                        | 76  |
| 3.3 Principais problemas.....  | 79  |
| 3.4 Entidades de apoio.....  | 86  |
| 3.5 Produção e seus impasses.....                                    | 88  |
| 3.6 A organização do assentamento e os saberes (re) construídos..... | 100 |
| 3.7 Participação política e luta pela terra.....                     | 107 |
| 3.8 A subjetividade.....   | 112 |
| <br>   |     |
| IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 118 |
| <br>   |     |
| BIBLIOGRAFIA.....  | 123 |
| <br>   |     |
| ANEXOS.....  | 129 |
| <br>   |     |
| ANEXO I: Questionário perfil sócio-econômico dos assentados.....     | 130 |
| ANEXO II: Roteiro de entrevista.....                                 | 136 |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                  |  |     |
|------------------|--|-----|
| <b>Figura 1</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: vista parcial da agrovila.....   | 24  |
| <b>Figura 2</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: boiada de fazenda próxima ao<br>assentamento.....                              | 65  |
| <b>Figura 3</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: assentado saindo da agrovila<br>para visitar moradores de fazenda próxima..... | 67  |
| <b>Figura 4</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: templo da Igreja Católica.....   | 75  |
| <b>Figura 5</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: templo da Igreja Evangélica<br>Assembléia de Deus.....                         | 75  |
| <b>Figura 6</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: Reunião que definiu a<br>construção da rede de água.....                       | 78  |
| <b>Figura 7</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: reservatório de água do poço<br>artesiano.....                                 | 78  |
| <b>Figura 8</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: reunião com a assistência<br>técnica para elaboração dos projetos/Pronaf.....  | 82  |
| <b>Tabela 1</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: principais culturas financiadas<br>com recursos do Pronaf.....                 | 84  |
| <b>Figura 9</b>  | Assentamento Irmã Adelaide: produtor em sua cultura de<br>arroz.....                                       | 89  |
| <b>Figura 10</b> | Assentamento Irmã Adelaide: vista da Escola Municipal<br>Vale do Tocantins.....                            | 98  |
| <b>Figura 11</b> | Assentamento Irmã Adelaide: reunião de discussão do<br>associativismo.....                                 | 104 |

## **LISTA DE SIGLAS**

- ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins**
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**
- CPT – Comissão Pastoral da Terra**
- CUT – Central Única dos Trabalhadores**
- EJA – Educação de Jovens e Adultos**
- FETAET – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins**
- FNO – Fundo Constitucional do Norte**
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**
- INVESTCO – Consórcio de Empresas Construtoras da UHE do Lajeado**
- ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins**
- MST – Movimento dos Sem Terra**
- ONG – Organização Não Governamental**
- PA – Projeto de Assentamento**
- PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**
- PC do B – Partido Comunista do Brasil**
- PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária**
- RURALTINS – Órgão Responsável pela ATER no Tocantins**
- UHE – Usina Hidrelétrica**
- UDR – União Democrática Ruralista**
- PCB – Partido Comunista Brasileiro**
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**
- CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação**
- ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil**

## RESUMO

### **Aprendendo a Plantar Espinho: a dimensão educativa da luta pela terra no Assentamento Irmã Adelaide em Miracema – TO.**

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar a dimensão educativa da luta pela terra no assentamento de Reforma Agrária denominado Assentamento Irmã Adelaide, localizado na região central do Estado do Tocantins, no município de Miracema do Tocantins – TO. A tese central deste estudo é a dimensão educativa da prática social de lutar pela terra. Os assentados se constituíram em movimento social e se educaram no processo de luta pela terra, pois: instituíram uma associação como instrumento de conquista de direitos (escola, crédito agrícola, rede de energia, rede de água e assistência técnica); tomaram consciência de que esta associação não tem avançado para além de benefícios econômicos pontuais e que não funcionou o tempo todo do mesmo modo; perceberam que, apesar da conquista, a assistência técnica trouxe muitos problemas para a sua vida de assentado; que o processo de produção está acontecendo, mas a comercialização não está fluindo, por falta de apoio e de experiência acerca dos mecanismos de mercado; e, pelo fato de que as famílias estão conscientes de que seus filhos precisam ter acesso a uma educação escolar de qualidade, que faz falta aos pais na condução da vida no assentamento. Este estudo indica que os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Assentamento Irmã Adelaide, não só se educaram nesta luta por terra, como estão conseguindo reconstruir sua vida de camponeses, juntamente com a família, trabalhando na terra.

## ABSTRACT

**Learning How to Plant Thorns: The Educational Dimension of the Fight for Land in the “Land Occupation Area” Irmã Adelaide in Miracema –TO.**

The main objective of this research was to analyze the educational dimension of the “Land Occupation Area” Irmã Adelaide, a project of “Land Reform” localized in the central part of the Tocantins State, more precisely in Miracema do Tocantins Municipality. A proposition centric of this research is a learning dimension of practice social of the fight for land. The seated themselves to constitute in an movement social the themselves learning on the process of the fight for land since: they created one association as on instrument for conquering rights (like school, investment credit, energy supply, water supply and technical assistance); they became conscious that the association is not conquering more than limited specific economic benefits and that the association did not perform continuously in the same way; they perceived that the presence of technical assistance bring many problems to their daily life; they perceived tat the production process is evolving but the commercialisation process is not evolving in the same pace, a resulted of the lack of experience about the market mechanisms; they are conscious that their children need to have access to quality education, this is something they feel is needed to the conduction of the daily of the community. This study to recommend that the workers of the Land Occupation Area Irmã Adelaide are capable to educate themselves during the land conquering process. They are also constructing again their liver as land worker and together with their families they are working the land.

## INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais, no Brasil, têm sua origem, principalmente a partir da década de 1970 através dos projetos de colonização criados durante o regime militar. Nesses projetos, via de regra, estava dentre seus objetivos ocupar áreas despovoadas e atrasadas que, na visão do governo, precisavam se integrar aos processos econômicos em desenvolvimento no país, bem como expandir as áreas de fronteiras destinadas à agricultura capitalizada, desarticular focos de conflitos existentes em diversas regiões (Nordeste, Sul, Sudeste, Centro Oeste), além de fragmentar as lutas de posseiros e trabalhadores rurais em prol da reforma agrária, embora objetivos semelhantes já tivessem motivado o governo Vargas na década de 1940, quando também houve projetos de colonização.

Neste sentido, o Estado apresenta-se como espaço de “solução” para os problemas dos segmentos de trabalhadores excluídos do sistema econômico, social, político e cultural. Ao mesmo tempo, a criação dos assentamentos institui, para os assentados, para o Estado e para a sociedade, a necessidade de conhecer os modos de existência, a pobreza e a riqueza desse espaço de produção e de reprodução camponesa.

A noção de assentamento envolve uma concepção de fixação do homem à terra, pela oferta de condições para sua exploração e de incentivos à vida comunitária. Os assentamentos devem ser pensados como locais de estratégias dos grupos que integram o campo de disputas em torno de recursos e regras institucionalizadas para que assentados e assentadas tenham estabilidade financeira, como afirma Delma Pessanha NEVES (1997).

Compreendemos que essa questão vai além da luta pela terra, enquanto processo de organização dos camponeses, que buscam respostas do

Estado acerca dos problemas específicos da terra, bem como de problemas sociais que são decorrentes daquele. No Brasil, a luta pela terra e, em boa parte, a história da formação dos assentamentos, tem sido marcada por processos crescentes de subordinação da agricultura camponesa ao capital financeiro, o que tem contribuído sobremaneira para imprimir, no meio rural e urbano, transformações nas relações sociais.

Na medida em que crescem os investimentos, públicos ou privados, em projetos visando aumentar os ganhos dos grandes grupos econômicos de capital, nacional ou não, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, dos pequenos proprietários, de camponeses sem terra e de assentados são cada vez piores, pois acelera o processo de exploração sobre os mesmos. Ao mesmo tempo, como fruto também desse movimento contraditório de transformação capitalista do campo, camponeses e trabalhadores rurais destituídos de seu principal instrumento de trabalho que é a terra, tomam consciência de seus direitos, decidem “parar em algum lugar” e recomeçar a vida na luta por um pedaço de terra.

Estes trabalhadores e camponeses sem terra sabem das histórias de luta para conquistar e para manter um pedaço de terra, contadas por seus antepassados e, embora saibam que historicamente o Estado tem sido incapaz de solucionar os problemas fundiários, com os recursos legais sendo destinados pelos poderosos em benefício próprio, não se cansam de lutar por transformações na estrutura fundiária deste país.

José de Souza Martins (2000) diz que o grande capital tornou-se proprietário de terras no País, especialmente por causa dos incentivos fiscais durante a ditadura militar, concedidos pelo Estado no sentido de promover e alicerçar uma aliança entre terra e capital. Esta aliança transformou empresas urbanas (indústrias, bancos, empresas comerciais) em proprietárias de

enormes extensões de terra, conforme a região onde está situado o investimento.

O território que hoje compreende o Estado do Tocantins é considerado um grande vazio demográfico. De acordo com dados do IBGE (2000), são cerca de quatro habitantes por quilômetro quadrado. Trata-se de uma fronteira agrícola e econômica no interior do Brasil, que começa a expandir-se a partir de projetos implementados pelo governo em vários setores (agricultura, construção de usinas de geração de energia elétrica e outros investimentos), que visam integrar o estado e sua economia ao contexto da lógica do modelo de desenvolvimento nacional.

Essa forma de compreender o desenvolvimento do estado tem sua origem situada no modelo de desenvolvimento rural preconizado pelo regime militar e posto em prática na região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

O Estado do Tocantins tem sua economia fundada principalmente na pecuária e agricultura, embora hoje seja crescente o desenvolvimento do setor de comércio e serviços particularmente ancorado na idéia do turismo sustentável.

A existência de assentamentos no território do Tocantins tem sua origem ligada aos movimentos de luta pela terra que se constituíram ao longo dos quinhentos anos de existência do Brasil. Na década de 1960, iniciaram-se assentamentos rurais nesta região que hoje é o Tocantins, ex-norte de Goiás. As ligas camponesas, ao sacudirem as grandes propriedades de terras em diversas regiões do Brasil, chegaram na região pela ação de trabalhadores, governos e partidos políticos. É o caso do movimento de Formoso e Trombas, dentre outros<sup>1</sup>, que contribuiu para a luta pela terra no seu tempo e também

---

<sup>1</sup> CRUZ (2000), estudou a luta pela terra entre trabalhadores rurais e empresários na década de 80, no município de Formoso do Araguaia-TO e CARNEIRO (1986), estudou o movimento social de Formoso e Trombas, ocorrido no período de 1950-1964.

criou uma memória acerca dessas lutas para as gerações futuras e, inclusive, para muitos trabalhadores sem terra e ou assentados.

A formação histórica do Tocantins se deu em torno da grande fazenda de gado, criado de forma extensiva. Historicamente, esse modelo de criação de gado favoreceu a apropriação de grandes extensões de terra por parte dos grandes fazendeiros, o que permitiu a formação de uma estrutura fundiária concentradora.

No estado, os assentamentos rurais têm se multiplicado, ora fruto de ações pontuais de governos, ora como resultado das negociações dos movimentos sociais organizados que têm conseguido pressionar o estado para agir contra a concentração fundiária.

Assim, estão presentes no Tocantins alguns organismos e programas vinculados à questão fundiária: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Fundo Nacional do Norte (FNO), o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS), o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), bem como organismos que representam a história das lutas sociais por terra: o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicalismo Rural, através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e ainda, projetos de assentamentos vinculados a outros organismos, como é o caso dos assentamentos formados por camponeses atingidos por barragem<sup>2</sup>.

A organização dos pobres do campo tem forçado o Estado a criar assentamentos como uma medida para conter os conflitos. No entanto, sabe-se

---

<sup>2</sup> Na cidade de Miracema do Tocantins, em função da construção da UHE do Lajeado e a conseqüente formação do Lago, há um Assentamento de 19 famílias que tiveram suas terras alagadas e foram reassentadas no Assentamento Mundo Novo em áreas de quatro hectares para cada família, distante 10 km de Miracema. Este Assentamento é de responsabilidade do Consórcio que está construindo a Usina, a Empresa INVESTCO.

que a noção de assentamento pressupõe a fixação do homem à terra e o camponês, depois da terra conquistada, continua sua luta para fazê-la produzir novas formas de existência, mediado pelo trabalho na terra na condição de assentado.

Sônia Maria Bergamasco e Luiz Antonio Cabello Norder (1996, p. 10) acreditam que a conquista da terra não é o fim da luta para os assentados, pois:

Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

Os trabalhadores sabem que a reforma agrária brasileira historicamente tem acontecido sob o controle político e econômico do Estado, por isso lutam para romper com essa perspectiva. Para estes trabalhadores, os assentamentos surgem como alternativas de mudanças, principalmente em relação à qualidade de vida daqueles que, de posse de um pedaço de terra, lutam por reconstruir suas vidas.

A luta pela terra no Assentamento Irmã Adelaide, no Município de Miracema do Tocantins, faz parte desta trajetória de ações do estado e dos trabalhadores sem terra. A conquista da terra e a reconstrução da vida camponesa no assentamento não são processos que ocorrem de forma linear e muito menos harmoniosa.

A ação específica de lutar pela terra, organizar-se, fazer a ocupação e ir participando da construção de uma nova comunidade, com todos os empecilhos existentes, é uma prática cheia de contradições e de possibilidades de aprendizagens.

A luta vitoriosa das 106 famílias que conquistaram a fazenda Boa Nova, com mais de cinco mil hectares, de um único dono, transformaram-na

em “local de esperança” - como alguns definem a sua situação de vida -, para a sociedade tocantinense e brasileira.

Esta dissertação investiga a dimensão educativa da luta pela terra no Tocantins, especificamente a que ocorreu no Assentamento Irmã Adelaide, no Município de Miracema do Tocantins, localizado na região central do Estado a 80 Km da capital, Palmas.

Miracema é uma cidade que tem sua origem histórica situada na década de 1930 e, assim como o Estado do Tocantins, deve sua existência aos homens e mulheres que migraram do Maranhão, Pará, Piauí na busca de melhores pastagens para a criação de gado bovino e para o comércio dos poucos produtos agrícolas produzidos, considerando sua condição de cidade localizada às margens do Rio Tocantins e ponto de passagem para quem negociava com a ‘Praça de Belém’.

Para Otávio Barros da Silva (1996, p. 18), enquanto os bandeirantes ultrapassam limites geográficos à procura do índio, despovoando, assim nossos sertões, o criador de gado<sup>3</sup> e seu curral fincam o sentimento da nacionalidade, e conclui:

(...) a colonização do povo e do território do Tocantins foi decorrência do ciclo do gado no médio São Francisco rumo ao Planalto Central e da expansão da pecuária dos vizinhos Piauí e Maranhão do Sul, com forte influência de Pernambuco e da Bahia, além do Grão-Pará.

A construção da Rodovia Belém-Brasília trouxe novos fluxos migratórios para a região e Miracema foi uma das cidades que receberam muitas influências, tanto no incipiente comércio situado na zona urbana, com novos produtos, como nas novas formas de vida trazidas pelas pessoas que chegavam.

---

<sup>3</sup>A Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC, organismo responsável pela fiscalização e orientação da sanidade animal e vegetal no Estado, informa que o rebanho bovino do Tocantins é o quarto maior do País, com seis milhões de cabeças, destas 87.689 estão no município de Miracema.

Na zona rural as mudanças também foram sentidas. Os antigos moradores dos sertões tiveram que abandonar seus tradicionais modos de vida. Já não eram possíveis as práticas das derrubadas indiscriminadas, os mutirões e as festas no sertão. Com a presença de máquinas e dos “homens do sul” que expulsam os antigos moradores, a maioria dos “posseiros”, ruma para as cidades mais próximas com a expectativa de que lá terão escola para os filhos e muito trabalho, pois o progresso chegou às cidades.

O processo de mudança na organização espacial do Tocantins se aprofundou no século XX, principalmente a partir da década de 1960, com a construção da BR-153, o que alterou as relações que estavam construídas para a sua base socioeconômica, incorporando a economia de mercado, baseada na pecuária extensiva.

Para César Ajara (1991, p. 8):

O impacto social proveniente do processo de incorporação do Tocantins à economia de mercado se mostrou mais intenso na sua porção norte, particularmente naqueles municípios localizados junto às áreas de expansão das empresas agropecuárias, próximo ao eixo da Belém-Brasília, que tiveram neste período significativo aumento da população rural.

Com a implantação da rodovia, foi esfacelada a estrutura de transporte fluvial utilizando-se o Rio Tocantins e Miracema perdeu muito com isso, na medida em que era uma referência desse tipo de transporte até aquele momento.

Os desdobramentos advindos da implantação da Rodovia Belém-Brasília demonstram, ao longo dos anos, profundas mudanças na família sertaneja. Usos, costumes e tradições são colocadas sob suspeita, pela gente do centro do sul do País, que contribuiu para a reelaboração dessa cultura, mas ao mesmo tempo criou as condições para a formação dos latifúndios, com imensas pastagens, transformando estas terras em espaços para a especulação do mercado imobiliário.

A criação do Estado do Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, prometia novo ânimo para os pobres desta região, principalmente em função da tradição de abandono da região e dos apelos direcionados à população pobre. Especificamente Miracema, foi Capital Provisória durante um ano, o que só contribuiu para aumentar os problemas da cidade e a pressão sobre as terras dos pequenos proprietários tornando impossível, ante a volúpia dos que detêm o capital, não ceder às pressões. Muitas terras, antigas fazendas, trocaram de donos, mas a concentração continuou.

Durante a pesquisa de campo, identifiquei a existência de 571 propriedades rurais<sup>4</sup> no município de Miracema; fazendo um levantamento acerca do tamanho das áreas, em uma amostra de apenas 62% das propriedades, percebi que três proprietários possuem mais de sete mil hectares de terra, o que corresponde a 50% da área ocupada por 149 pequenos proprietários. Além da pecuária, a economia miracemense possui tradição na cultura, principalmente do abacaxi, produzido para exportação. A monocultura do abacaxi tem se expandido em todo o Estado e pequenos proprietários, inclusive assentados, sujeitos desse estudo, sem conhecimento do manuseio da cultura, sem capital e sem informações de mercado e na maioria das vezes, como vamos ver, sem orientações técnicas, têm investido na cultura do abacaxi.

A construção e implantação de uma cidade planejada para ser a capital do Estado (Palmas) criaram as condições necessárias para um forte processo de migração e emigração, transformando este espaço numa fronteira econômica que, aliada à propaganda oficial, contribuiu para que muitos trabalhadores pobres, sem terra, migrassem para Palmas na esperança de “ajeitar” sua vida.

---

<sup>4</sup>Dados atualizados da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins - ADAPEC escritório local na cidade de Miracema, dão conta de que o número atual de propriedades do Município é 676; em 597 existe rebanho bovino, em 79 não há rebanho.

É neste contexto que tem origem o Assentamento Irmã Adelaide. O contingente populacional que procurou Palmas, como espaço para reconstruir a vida, percebeu logo que os problemas continuavam. O trabalhador rural, a dona de casa, o pedreiro e outros excluídos da cidade que viam crescer, começaram a se reunir na antiga Vila União, espaço localizado na região norte da cidade de Palmas, muito populoso, para onde ocorria grande número de pobres e excluídos de várias regiões do estado e do país. Ali, por volta de 1996, vendo que continuavam fora do mercado de trabalho e com muitas dificuldades para morar, educar os filhos e sobreviver, começam a se reunir e a discutir sobre o desejo de voltar para a terra. Inscrevem-se em programas oficiais de reforma agrária. Fazem reuniões para discutir como pressionar o INCRA e discutem estratégias para identificar áreas adequadas.

Paralelamente a estas ações realizadas na periferia de Palmas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrolândia-TO e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miracema do Tocantins-TO, já realizavam trabalho dessa natureza visando dar maior organização à luta pela terra no Tocantins, com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrolândia -TO, com maior poder de organização, toma conhecimento da existência da Fazenda Boa Nova, que corresponde aos interesses dos trabalhadores e ao interesse do proprietário em vendê-la. Organiza grupos, faz contato com o pessoal de Palmas e, no início do ano de 1997, decide fazer a ocupação “pacífica” da fazenda.

O proprietário utiliza destes fatos para negociar com o INCRA o processo de desapropriação das terras, o que se confirmou inclusive pelo processo de trabalho e produção empreendido pelos assentados e assentadas.

A pesquisa procurou compreender a formação histórica do assentamento, privilegiando as falas, as ações, os silêncios, as reações dos assentados e assentadas nas suas relações com outros assentados, com o pesquisador e com organismos de governos que dizem prestar assistência aos assentamentos.

A prática educativa foi investigada tomando-se como fundamento as práticas coletivas e individuais que deram origem ao Assentamento Irmã Adelaide e que contribuíram para reforçar a organização e a reconstrução da vida no assentamento.

Neste caso, entende-se que o processo de luta pela conquista da terra não terminou com a desapropriação da fazenda pelo INCRA; continua na complexidade das práticas e de significados a elas emprestados pelos diversos agentes e sujeitos no interior do assentamento.

O processo de luta articulado pelos camponeses assentados do Assentamento Irmã Adelaide colocou-os diante da possibilidade de se enfrentarem com situações até então desconhecidas e eles responderam a esses desafios de diferentes modos, conforme a análise dos interesses internos e externos que estavam em jogo, mas também com profundo senso de aprendizagem e, isso passa necessariamente pela questão da consciência e da educação, pois como afirma Walderês Nunes Loureiro (1988, p. 20):

*Educação é, antes de tudo, formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se, não só na prática escolar, mas nas diversas práticas.*

Visando a apreensão dos sentidos educativos das práticas dos camponeses e camponesas do Assentamento Irmã Adelaide, optei pela reconstrução histórica da luta dos camponeses durante a formação do assentamento e, para isto, utilizei-me dos relatos orais, fruto de conversas

informais, realizadas durante as várias visitas que fiz ao Assentamento; do contato com agentes públicos (técnicos da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Tocantins - ATER/ Ruraltins e Técnicos da Prefeitura Municipal de Miracema); do estudo da literatura específica, bem como da utilização de entrevistas semi-estruturadas a assentados e técnicos e, ainda, de questionário aberto.

As entrevistas e questionários tiveram o objetivo de entender as origens do assentado, as razões para lutar pela terra, sua atuação durante a fase inicial da conquista da terra, as lições que aprendeu/ensinou e as perspectivas para a sua vida e para o assentamento.

Algumas entrevistas foram gravadas e transcritas; em outras, fiz poucas perguntas e os entrevistados falavam livremente. Em vários momentos, visitando a casa onde residem na Agrovila<sup>5</sup>, ou seja, no Assentamento (isto porque vários assentados consideram que na agrovila há um clima de cidade, por isso prefere fazer um barraco no lote e morar lá), ou indo visitar a produção, as roças no lote, eles se ajudavam lembrando fatos, datas, nomes, que o outro não se lembrava, mas estavam presentes na memória coletiva (veja Figura 1).

Durante a pesquisa de campo, tive dois momentos articulados: o primeiro, durante várias visitas realizadas no segundo semestre de 2001, quando priorizei encontros informais, “descomprometidos”, onde conversava com todos, muitas vezes em rodadas, no final do dia quando estavam de retorno da roça ou, mesmo, em visitas em suas casas. Em um segundo momento, que compreende o final do ano de 2001 e início de 2002, de posse de algumas informações, foi possível selecionar os sujeitos para a coleta das informações formalizadas nos instrumentos utilizados.

---

<sup>5</sup> O Assentamento Irmã Adelaide foi estruturado na forma de uma agrovila, com ruas, rede de energia elétrica, rede de água (a concluir), escola. Cada família tem sua casa em um lote de 800 m<sup>2</sup> que faz parte da área total de cada família que é cinco alqueires.



**Figura 1:** Assentamento Irmã Adelaide: Vista parcial da Agrovila.  
Fonte: Foto do autor, 2002.

Desta forma, o trabalho foi estruturado assim. O primeiro capítulo que faz uma abordagem teórica sobre movimento social e classes sociais no campo, situando como tem ocorrido essa luta pela terra como prática educativa, no Brasil, em Goiás e no Tocantins.

O segundo capítulo faz uma caracterização do município de Miracema do Tocantins, apresentando sua origem histórica, no mesmo movimento que constituiu o ex-norte de Goiás, ou seja, a partir da presença de povos originários do nordeste e mais recentemente na formação da capital do Estado do Tocantins, Palmas e, neste contexto, o Assentamento Irmã Adelaide.

No terceiro capítulo procura-se privilegiar a organização social dos assentados, destacando: a produção e seus impasses, a organização do assentamento e os saberes (re) construídos, a participação política e a luta pela terra, a subjetividade, os principais problemas do assentamento e a sua infra-

estrutura; são descritas as práticas educativas da luta pela terra que deram origem e se desenvolvem no Assentamento Irmã Adelaide.

Finalizando, a conclusão que apresenta uma breve análise da reconstrução da vida camponesa estudada no assentamento, particularmente pontuando as práticas educativas identificadas nesta luta para conquistar e permanecer na terra. Indica também a necessidade de continuar estudando o assentamento nesta perspectiva.

A conclusão indica ainda que os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Assentamento Irmã Adelaide, não só se educaram nesta luta por terra, como estão conseguindo reconstruir sua vida de camponeses, juntamente com a família, trabalhando na terra.

## **I. MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL E NO TOCANTINS**

Um dos fatos políticos mais importantes na história brasileira, nas últimas três décadas, foi a organização dos pobres e excluídos, formando o que os estudiosos chamam de movimentos sociais. Esses movimentos estão presentes no cenário político brasileiro no campo e nas cidades, com maior intensidade no período mencionado, embora a história das lutas sociais no Brasil esteja localizada em tempos mais remotos.

### **1.1 O que caracteriza um Movimento Social?**

Há consenso de vários autores (Jacobi, 1990; Larangeira, 1990; Cardoso, 1984; e Sader, 1987) acerca de algumas características básicas definidoras e constatadas em movimentos sociais. Por exemplo, representar um espaço político de organização das classes populares que lutam pelo reconhecimento de seus direitos de cidadãos e pelo atendimento de suas carências; na ação dos movimentos sociais há uma prática de valorização das bases e a idéia de que suas demandas são decididas entre iguais; e ainda, a concepção de que esses movimentos são organizados e imprimem suas lutas tendo o Estado como um dos seus interlocutores. O destaque destas características não implica o desconhecimento de que há movimentos sociais

que existem exatamente para impedir o enfrentamento com os poderosos e o estado, mas indicam o sentido em que será utilizado neste estudo<sup>6</sup>.

Essas concepções expressam a eclosão destes movimentos sociais, no contexto de uma sociedade em intenso processo de industrialização, como instrumento de transformação das profundas contradições (carências do povo) da sociedade brasileira, no campo e na cidade.

A expectativa de que a consciência das necessidades e das carências gere a noção de direitos e façam frutificar a organização, está presente em vários autores, como em Jacobi (1990, p. 225):

Os fatores que afetam a mobilização da população estão diretamente vinculados à percepção de carências comuns, numa profunda vinculação com a noção de direitos básicos. Os movimentos se constituem a partir de dois elementos motrizes: as carências e o trabalho desenvolvido pela organização dos moradores. Entre ambos, existe um elemento articulador constituído por um conjunto de mecanismos internos ao movimento que permite a passagem da necessidade à reivindicação, mediada pela afirmação de um direito.

Refletindo sobre a trajetória de formação dos movimentos sociais no Brasil, Sader (1987) identifica três fases: a etapa de sua constituição durante a crise da ditadura; a fase de transição aberta com a instalação dos governos da até então oposição política; e a fase da Nova República.

Localizar a constituição dos movimentos sociais no período ditatorial, mas também como movimento que se amplia no processo de redemocratização da sociedade brasileira, significa reconhecer, por um lado, que novos atores políticos organizados e com autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos estão atuando e, por outro lado, que esta ação ocorre no mesmo espaço do Estado e que, por isso, essa autonomia dos movimentos é relativa, mas exigia um redimensionamento das ações do Estado e dos movimentos sociais.

---

<sup>6</sup> Contribuição da Professora Ana Lúcia da Silva, durante as discussões na Banca de Qualificação em 24/09/02.

O que se observa é que a ação dos movimentos sociais não é condicionada somente por carências objetivamente comprovadas. A consciência das necessidades impulsiona a ação dos movimentos sociais, muitas vezes, por demandas pontuais, no entanto a dinâmica dos processos de tomada de consciência e da ação é permeada por “mediações simbólicas” que são fundamentais para os atores envolvidos (Sader, 1987).

O Estado, com seus agentes públicos, e as elites perceberam que as camadas populares apareceram com capacidade de definir objetivos e formas de lutas condizentes com seus interesses e que isso exigia um posicionamento distinto daquele que o Estado praticou durante a ditadura.

Cardoso (1984, p. 233), refletindo sobre as relações entre Estado e movimentos sociais em suas lutas, chega a dizer que:

*Todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação. Cada grupo se dirige a uma esfera da administração e pode se defrontar com políticas tão diversas que chegam a ser contraditórias. Além disto, os modos de reivindicar são diferentes para cada grupo e também mudam durante o seu desenvolvimento. Compreender que esta ambigüidade faz parte dos movimentos sociais nos arma para escapar das interpretações classificatórias que procuram encontrar ou um conteúdo transformador, quando o discurso é radical, ou uma acomodação quando o governo atende aos pedidos.*

Fica evidente, nestas circunstâncias, que os movimentos sociais se encontram diante de uma encruzilhada entre manter seu caráter de “resistência” ou buscar sua “institucionalização”. A literatura e os fatos empíricos têm demonstrado a complexidade dessas relações; assim, quando o Estado e seus agentes entram em cena num processo de discussão para o possível atendimento de demandas de serviços públicos, os movimentos oscilam entre considerar o Estado como aliado ou inimigo, no mesmo processo.

Na verdade, essas contradições no seio dos movimentos sociais e do próprio Estado, fazem parte da essência das ações de ambos. Em um processo dessa natureza, a ação do Estado não é monolítica, é sim, contraditória, principalmente na sua relação com os movimentos sociais.

Citando Oszalk, diz Jacobi (1989, p. 5):

O Estado não mais pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado, como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciada, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil.

Um dos resultados da conduta que polariza a relação Estado - movimentos sociais de forma monolítica, é negar o caráter dinâmico das sociedades capitalistas, inclusive o fato de o Estado não agir somente como reprodutor do capital, podendo, também, assumir demandas típicas dos setores populares, através das demandas dos movimentos sociais, como políticas de governo, embora se reconheça, também, que com isso não esteja assumindo o ponto de vista dessas classes (Jacobi, 1989).

É importante situar, nesta perspectiva, a concepção gramsciana de que, em relação ao “Estado ou sociedade política”, enquanto grupo que exerce uma hegemonia em toda a sociedade, a estrutura econômica, fator primordial na pauta de ações dos movimentos sociais, exerce uma ação determinante, mas também é determinada.

Assim, um aspecto central na compreensão dos movimentos sociais é conceber suas ações político-sociais e os próprios movimentos, numa perspectiva pluralista garantindo aos mesmos a idéia do dissenso, da participação e da democracia, tão cara aos movimentos sociais.

Mesmo considerando a crença no caráter utópico e transformador dos movimentos sociais e seu relativo poder de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, Larangeira (1990, p. 27-28), anuncia

algumas conclusões de estudos sobre movimentos sociais que, no seu entender, invalidam teses do caráter pluralista e democrático dos movimentos:

- o relativo grau de autonomia atribuído a eles;
- a incapacidade de persistir na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes; e
- o fato de suas lutas assumirem dimensões predominantemente defensivas e por isso não afetariam as estruturas formais e institucionais da dominação.

A democratização da sociedade brasileira; o quadro de crescente miséria no Brasil e no mundo; a idéia de que a única saída é se entregar às práticas e ao discurso liberal do “deus mercado”, que pressupõe o primado do econômico sobre todas as outras dimensões das relações sociais; a crescente perda de direitos individuais e sociais frente ao processo de privatização do Estado; a banalização das idéias de comunidade, de participação, de cidadania e de democracia, criam para os movimentos sociais, na década de 1990, uma desarticulação e um esvaziamento de militantes, parecendo que perderam as causas pelas quais lutava (Gohn, 1992).

Alder Júlio Ferreira Calado (2000, p. 8), levanta alguns desafios teórico-conceituais que envolvem a categoria “movimentos sociais”:

- Quais os principais embates teóricos enfrentados na definição do conceito movimentos sociais?
- Que elementos aparecem como relativamente consensuais na caracterização de um movimento social?
- Todo movimento social é necessariamente um movimento social popular?
- Que tipo de movimento social é possível identificar na literatura disponível?
- Que tendências teóricas fundamentais predominam na literatura atual, acerca de movimento social?

Arlene Carvalho de Assis Clímaco (1999, p. 85), citando Jelin, apresenta uma importante conceituação de movimentos sociais ao dizer que são:

Ações coletivas com alta participação de base que utilizam canais não institucionais e que, ao mesmo tempo em que, vão elaborando suas demandas, vão encontrando formas de ação para expressá-las.

Embora a autora não estivesse analisando movimentos sociais rurais e sim urbanos (o sindicalismo brasileiro – CUT), esta é uma compreensão importante para o entendimento da categoria movimentos sociais. A mesma autora apresenta como as principais características dos movimentos sociais:

Sua informalidade, seu reduzido grau de hierarquização e sua tendência a substituir as atividades de representação pela participação direta de grandes massas de pessoas em ações de caráter simultaneamente econômico e político. Destaca-se ainda que as formas de ação utilizadas para expressar as demandas vão sendo construídas ao longo do desenvolvimento do movimento, o que significa que os agentes participantes dos movimentos têm um grau razoável de autonomia para tomar decisões, ainda que dentro de determinados limites estruturais (Clímaco, 1999, p. 85).

A centralidade do debate acerca da questão fundiária no país explica-se, também, pela importância dos movimentos sociais surgidos no campo, mas que não são prisioneiros do campo. Suas ações se projetam para além da conquista da terra. Dom Tomás Balduino, ao prefaciar o livro de Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stedile (1999, p.8 e10) sobre a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, assim se expressa:

Trata-se do caráter surpreendentemente novo e inédito deste movimento. Ele está, naturalmente, em continuidade com a inspiração de Ajuricaba, de Zumbi, de Antonio Conselheiro, de Julião, mas produz algo próprio que o identifica de forma inconfundível no correr desta belíssima história nossa de conquista da terra.

O objetivo é bem mais amplo e profundo do que a simples reforma agrária. Trata-se de conseguir a mudança radical e imediata das estruturas de iniquidade que estão gerando o empobrecimento e a exclusão da maioria do povo brasileiro.

Na perspectiva apontada por esses autores, o MST é o movimento que mais se identifica com a proposta de partido político em Gramsci, particularmente quando situamos o movimento como instância formadora dos

seus membros com um projeto político social para a sociedade. Assim se expressa Gramsci (1995, p. 15):

...Um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento do seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional.

Na realidade brasileira, o MST é uma importante expressão das lutas dos movimentos sociais no campo e um dos principais atores coletivos que luta e se organiza para fazer gestar uma nova cultura política, nova concepção e prática de valores como a cidadania, entendida como uma participação (individual e ou coletiva) ao longo de todo o processo de conquista, manutenção e ampliação dos direitos humanos em todos os âmbitos (Calado, 2000).

Quando se analisam as ações e as concepções ideológicas do MST, é possível vislumbrar um projeto maior para toda a sociedade brasileira e não somente a conquista da terra para o sem terra.

Considerando que meu objeto de estudo é a prática educativa da luta pela terra no Tocantins, a partir da análise da formação histórica do Assentamento Irmã Adelaide, um assentamento agrícola no município de Miracema do Tocantins, coordenado pelo Incra e por organizações dos trabalhadores rurais, é importante fazer aqui um breve histórico da origem do MST, embora este não se faça presente no Assentamento, para em seguida, situar as questões das práticas educativas presentes no Assentamento Irmã Adelaide.

É importante considerar que a constituição do MST não se dá da noite para o dia, que foi uma construção histórica lenta e fundada na dinâmica objetiva dos fatos sociais, políticos e econômicos, particularmente, dos

últimos trinta anos em nosso país. Isso significa que não estamos fazendo abstração da origem, da formação e do desenvolvimento do capitalismo, bem como da possibilidade de compreender a origem do MST no contexto das mesmas lutas sociais, dos pobres e excluídos do campo e da cidade, desde a década de 1940 em todas as regiões deste país.

O livro *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, de Fernandes e Stédile (1999), servirá de referência para situar a origem do MST. Ao prefaciar este livro, Dom Tomás Balduino indica três fatores que representam inovação na prática do MST em relação a outros movimentos, inclusive os do passado:

Primeiro é a ocupação da terra. Ocupação de terra em nosso país faz parte da nossa história nacional. Porém, o MST trouxe a novidade da organização da ocupação massiva, levada com garra, em todas as partes do país, em terra produtiva ou improdutiva, com inarredável certeza da vitória contra o latifúndio e até contra o próprio governo (p. 8).

A segunda novidade é o novo modelo de produção. Produzir é, aliás, um dos lemas do movimento. Trata-se da experiência concreta da divisão do trabalho radicalmente associada à divisão da renda sem a exploração dos trabalhadores (p. 9).

O terceiro fator é caracterizado com a palavra abertura, referindo-se a uma atitude crescente e inerente ao movimento. É a abertura que permitiu ao movimento romper com o isolamento a que o queriam condenar. Deu-lhe um cunho, por assim dizer, macroeconômico (p. 9-10).

Fernandes e Stedile (1999, p. 31 e 44), ao descreverem a trajetória da gênese do MST, dizem que o mesmo nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade, e que consideram janeiro de 1985 a data de fundação do MST. Nesta data realizou-se o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no período de 21 a 24 de janeiro, na cidade de Cascavel – Paraná, e contou com representantes de 13 Estados.

Esses autores mencionam um conjunto de fatores como os mais importantes no processo de gênese do movimento.

O principal deles foi o socioeconômico, descrito a partir das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970 (processo de mecanização do campo, com o conseqüente agravamento da situação dos camponeses, culminando com sua expulsão para a periferia das cidades, motivada pelo intenso processo de industrialização).

Afirmam, ainda: “o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas obrigou-os a tomarem duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de lutas pela terra nas próprias regiões onde viviam” (p. 17).

O segundo elemento importante na gênese do MST, para Fernandes e Stédile (1999, p. 19) é o ideológico, descrito a partir do trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana.

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. Nasceu da articulação de Bispos, Padres, religiosas e agentes não-ordenados, ligados à luta pela terra, nas regiões norte e centro-oeste do País e representou, do ponto de vista ideológico, um avanço muito importante (p. 19-20).

José de Sousa Martins (1989), faz uma outra análise desse processo de criação da CPT. Ele situa a origem da Comissão Pastoral da Terra – CPT, no redimensionamento da Ação Pastoral da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1966) e da Conferência de Medellín (1969). Além desse aspecto, o autor observa que, já em 1970, a Comissão Episcopal Nordeste I denunciava, em função da prisão de dois padres no Maranhão, que “estes trabalham para que o povo se esclareça e se promova” (p.52).

Em 1973, diz Martins (1989, p. 53), em duas regiões diferentes e no mesmo dia, grupos de Bispos lançam dois documentos fundamentais de denúncia e de esperança. Os do nordeste lançam “Eu ouvi os clamores do meu

povo” e os do centro-oeste lançam “Marginalização de um povo: grito das Igrejas”. O autor diz ainda que nesses documentos, “a crítica do desenvolvimentismo aparece com toda força e com toda a clareza”.

É em decorrência das constatações sobre o agravamento da violência em relação aos agentes da Igreja em função do seu trabalho conscientizador, e o empobrecimento da maioria do povo com o conseqüente enriquecimento de uma pequena parcela de privilegiados,

(...) que a Igreja criará, em 1975, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, para articular o trabalho das diversas regiões em favor dos direitos dos trabalhadores rurais (Martins, 1989, p. 55).

Em outra parte do seu estudo, Martins (1989, p.63) diz também que:

Os vários documentos (episcopais) indicam com clareza que o aparecimento de instituições nacionais de articulação e de apoio, de serviço, como a Comissão Pastoral da Terra resultou da necessidade de superar a dispersão e a fragmentação.

Nesta mesma linha de raciocínio, em nota de rodapé, Martins (1989, p. 63) cita Ivo Poleto para falar da origem da CPT:

Continuando a reunir-se, viram rapidamente que não era suficiente publicar documentos. Lembro bem como surgiu a idéia e o plano para articular os agentes engajados na pastoral popular. Foi Dom Frágoso, de Crateús, numa reunião realizada no Rio de Janeiro, no final de 1973, que apresentou e sustentou a idéia.

Na verdade, a origem da CPT e os vários documentos produzidos e divulgados pela Igreja Católica, em diferentes regiões do Brasil, representam mais que documentos com caráter de denúncia contra a marginalização do povo expressavam uma reflexão e uma prática política e teológica, transformada em pastoral de várias igrejas, e que já estava sendo vivenciada, principalmente na região amazônica.

Citou-se anteriormente que três fatores são considerados fundamentais para a gênese do MST (já foram citados o fator sócio econômico e o fator ideológico), na visão de Fernandes e Stedile (1999, p. 22). Há, pois, um terceiro fator, muito importante, trata-se da atuação política, do processo de democratização do país. Segundo esses autores, não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época, o que significa dizer que, nessa concepção, o MST não surgiu somente da vontade do camponês na sua luta pela terra. E complementam,

Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade.

Esses autores citam vários exemplos de lutas pontuais, específicas do MST que foram fundamentais para a afirmação do movimento, mas também houve situação em que a sociedade se envolveu em ações do MST, pois viam ali uma manifestação que ia além da luta pela terra. Por exemplo, são citadas: a concentração realizada em Encruzilhada Natalino, Ronda Alta (RS), em julho de 1981; a marcha para Brasília, em abril de 1997; a ocupação da Fazenda Macali, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979; a expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Índios Kaigangs, em Nonoai (RS), em julho de 1978; e tantas outras lutas.

O MST, desde seu início, procurou se organizar como um movimento de massas e com as seguintes características e princípios: um movimento popular de massas, aberto, em que todo mundo pode entrar, há uma perspectiva sindical, cooperativa no movimento; o caráter político do movimento, o que significa casar os interesses particulares, corporativos, com a perspectiva de classe social. Esses princípios são o resultado de longos anos de luta, discussão, inclusive do reconhecimento das contradições internas do

próprio movimento na sua relação com outros atores sociais. Os encontros regionais, estaduais e nacionais têm se constituído num espaço fundamental para a construção do que é e do que será o MST. Bem como a luta do dia a dia em cada assentamento neste país.

No Tocantins, o MST tem sua origem nas ações da CPT, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ainda na década de 1980 e, mais recentemente, no trabalho da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET.

## **1.2 A prática educativa dos movimentos sociais**

Das abordagens dos autores com os quais trabalhei e de minha experiência com as práticas de movimentos sociais, pode-se afirmar que os movimentos sociais possuem uma dimensão educativa.

A ação específica de lutar pela terra, como membro do MST, organizar-se, fazer a ocupação e ir participando da constituição de uma nova comunidade, como é o caso das práticas sociais de camponeses e camponesas do Assentamento Irmã Adelaide, no município de Miracema do Tocantins, é uma prática cheia de contradições e de possibilidades de aprendizagens.

Beatriz Costa (1987) diz que o que diferencia uma prática social da outra é aquilo que cada uma delas transforma, produz, reproduz, cria, elabora na sociedade, dentro de determinadas relações sociais. O que se observa, neste caso, é que as práticas sociais dominantes são aquelas capazes de garantir e de perpetuar relações de poder para a continuidade do sistema social, embora compreendendo que as relações sociais não apresentam uma face única, sendo somente transformadoras ou somente dominadoras. Sabe-se que

transformar e conservar são partes do mesmo processo no interior das práticas sociais e num assentamento não é diferente.

O que o senso comum tem nos mostrado, e que de alguma forma confirmam os teóricos ao falarem da origem dos movimentos sociais, é que as relações sociais são cheias de contradições. As vivenciadas pelos camponeses e camponesas do assentamento já citado, inclusive antes da formação do mesmo e da constituição dos camponeses como coletivo, decorrem do modo como a vida social está organizada e, neste sentido, aquela população de camponeses (106 famílias), tomou consciência dessas contradições e criou o desejo de enfrentá-las e superá-las, a partir da ocupação da terra e a conseqüente formação do assentamento.

Estou aqui entendendo que esse processo está permeado de uma relação dialógica que se constitui como prática social, portanto educativa; assim, concordo com Gaudêncio Frigotto (1999, p. 21) quando expressa que,

A concepção de educação como prática social que se define nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. A educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica.

Neste sentido é importante situar as relações sociais de camponeses e camponesas sem terra como possibilidade de construção de um projeto alternativo de sociedade, não somente no campo, e neste caso, para esses grupos sociais, Frigotto (1999, p. 26), citando Cândido Grzybowski, diz que,

A educação, é antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidade e a apropriação de "saber social" (conjunto de conhecimentos e habilidades, atividades e valores que são produzidos pelas classes, em situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais.

O processo histórico das lutas camponesas, bem como da ação de diversos organismos que foram se tornando parceiros na mesma luta ou mediadores das relações e interesses entre trabalhadores, movimento, estado ou grupos empresariais latifundiários e, neste caso, especificamente em Miracema, a prática educativa dos movimentos sociais no Tocantins, nos convidam a procurar entender o significado político e pedagógico de suas ações.

Neste sentido, quando se analisa, conforme já afirmei anteriormente, as características e os princípios fundamentais da gênese do MST, por exemplo, enquanto movimento social que melhor expressa as lutas no campo e com repercussões na cidade, percebe-se que a mística, a preocupação com a formação dos próprios quadros, a existência do setor de educação e de um programa de educação formal ou informal das crianças, Luiz Bezerra Neto (1999), bem como a avaliação e a consciência das estratégias de lutas e as diversas concepções de reforma agrária criadas ao longo de sua existência, nos convidam a dizer como Gramsci (1986, p. 37) que,

*Prática pedagógica é aplicada a todas as relações existentes na sociedade em seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais, entre governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpo de exército.*

José Adelson da Cruz (2000, p. 13) ao situar a investigação do “saber social” dos camponeses, “como instrumento de construção de hegemonia” cita Maria Nobre Damasceno (1994), para quem:

*O saber social é criado no cotidiano do trabalho e das lutas camponesas e, por isso, é a expressão concreta da consciência deste grupo social; um saber que é útil ao trabalho e aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelo camponês.*

É o mesmo autor quem diz ainda, que “a definição do papel e do significado das práticas educativas dos trabalhadores”, sujeitos do seu estudo, citando Grzybowski (1981), passa pelo reconhecimento de três questões:

- a) da diversidade e das condições de produção e de vida na agricultura;
- b) da interação/subordinação da população trabalhadora que privilegia os interesses do capital e da grande propriedade;
- c) da existência de uma questão agrária que tem no problema da terra o ponto de encontro das diferentes lutas e aspirações dos trabalhadores rurais (p. 13).

Essas referências são fundamentais para a compreensão e a busca de interpretar, deixando falar os envolvidos, as práticas educativas dos movimentos sociais no Tocantins, especificamente aquelas que são fruto das ações de camponeses assentados no Assentamento Irmã Adelaide no município de Miracema do Tocantins.

### **1.3 A luta pela terra: Brasil, Goiás e Tocantins**

Os homens estabelecem relações sociais de acordo com a produção e, conforme o modo de produção dominante, produzem e reproduzem também os princípios, as idéias, os valores, as culturas, bem como podem se educar no processo de construção dessas relações sociais.

A luta pela terra tem alimentado, historicamente, ações de inúmeros movimentos sociais de trabalhadores rurais e, dentre as atividades políticas e econômicas do século XX, é a mais importante delas.

A luta pela terra em nosso país tem cerca de quinhentos anos e, neste tempo, de acordo com os grupos e ganhos político-econômicos, tem assumido diferentes formas, mas uma delas marca a sociedade brasileira desde a sua formação.

Elide Rugai Bastos (1984) indica que essa luta tem se constituído em forma de resistência ao capital, pois como podemos verificar, quando os

trabalhadores questionam a posse da terra, dirigem-se imediatamente contra o processo de acumulação capitalista, que de forma geral, no seu processo de expansão em direção ao campo, subordina a terra às suas necessidades.

Os exemplos históricos mais antigos, de luta pela terra no Brasil, são dados pelos escravos que, para escapar dos maus-tratos e do profundo processo de exploração e sofrimento, fugiam rebelando-se e buscando como alternativa de vida a formação de quilombos. Neste processo ocupavam terras e iniciavam uma forma de organização autônoma da vida e da produção (Medeiros, 1989).

São muitas as experiências de lutas das classes trabalhadoras, em todas as regiões do país, para garantir a posse de seu principal instrumento de trabalho que é a terra. Foram essas lutas, com diferentes características nas condições históricas em que se desenvolveram, que permitiram a acumulação de experiências aos trabalhadores para constituir aquilo que os estudiosos chamam de movimentos sociais no campo.

Essas lutas dos camponeses e os movimentos sociais constituem um dos fatos mais importantes da história brasileira, pois representam a organização dos pobres e excluídos do campo e das cidades no Brasil.

Entretanto, manifestações destes movimentos estão presentes no cenário político brasileiro, no campo e nas cidades, em diferentes momentos de nossa história. Alguns exemplos podem ser citados.

O Movimento de Canudos, resistência camponesa ocorrida no sertão baiano, liderada por Antônio Conselheiro no período de 1893-1897 (Fernandes e Stedile, 1999). O povoado de Canudos chegou a se organizar com vinte e cinco mil pessoas. Canudos foi cercada pelo exército, que empreendeu quatro expedições militares, das quais três vencidas pelos camponeses, para em seguida destruí-la (Martins, 1995).

O Movimento no Quilombo de Palmares foi um movimento de resistência negra que mobilizou todo o país. Zumbi comandou o quilombo de Palmares, em Alagoas, e foi assassinado por tropas portuguesas em 1695.

Outro movimento camponês de destaque foram as Ligas Camponesas (1955-1964), com penetração maior na região nordeste (Paraíba e Pernambuco), mas também com influências no Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, e tinham como principal liderança Francisco Julião.

*As Ligas Camponesas, no fim dos anos 50 e início dos anos 60, ao lado de outros movimentos sociais agrários, questionavam os interesses dos setores dominantes agrários e não-agrários e, ao fazê-lo, conquistam importante espaço para as reivindicações dos trabalhadores rurais (Bastos, 1984, p. 9).*

Outro movimento representativo dos camponeses que possuem/constrói seu próprio projeto de luta pela terra, foi o de Contestado ocorrido entre 1912 e 1916 em Santa Catarina e no Paraná. O governo doou as terras de posseiros a uma empresa inglesa como pagamento pela construção de uma ferrovia. Soldados do Exército e a Polícia Militar dos dois Estados reprimiram os camponeses (Fernandes e Stedile, 1999).

Sobre a Guerra do Contestado e Canudos, assim se manifestou Martins (1995, p. 26):

*Em todos estes conflitos, sejam aqueles do tipo messiânico e com características do cangaço (como nos grupos formados por Lampião e Antonio Silvino no Nordeste) ou aqueles ocorridos entre os anos 50 e o golpe militar, que se constituíram na forma de Ligas Camponesas, associações e sindicatos rurais, têm em comum a luta pela terra ou pelo direito de nela trabalhar, do lado dos camponeses, e contra eles, a violência do estado apropriado pelos grandes proprietários de terras e pela burguesia industrial e financeira.*

Em Goiás, desde o início do século XX, ocorreram movimentos que questionaram a propriedade da terra, tais como: o Movimento Messiânico de Santa Dica que aconteceu no município de Pirenópolis, de 1923 a 1926 quando a polícia pôs fim ao movimento (Pessoa, 1999 p. 60); a Revolta

Camponesa de Formoso e Trombas, iniciada em 1950 e que se prolongou até 1964 (Carneiro, 1986 e Guimarães, 1988); a Luta do Arrendo, nos municípios de Orizona e Pires do Rio, no período de 1948 a 1952 (Loureiro, 1988).

Alguns são movimentos que fizeram parte da estratégia de expansão das Ligas Camponesas para todo o Brasil.

No território que forma o Estado do Tocantins, aconteceram várias ações de luta pela terra, desde os anos de 1950, mas ganhou notoriedade a Guerrilha do Araguaia, comandada por militantes do PC do B no final dos anos 70, na região de Xambioá.

Nas décadas de 1970 e 1980 intensos conflitos por terra tomaram conta da região do Bico do Papagaio (norte do Tocantins, sul do Pará e Maranhão), que se tornou uma região de fronteira agrícola, e alvo dos programas de financiamento da agricultura dos governos militares.

O regime militar pôs em prática uma política agrária que privilegiou o financiamento dos grandes empreendimentos agrícolas, ao mesmo tempo em que reprimia as ligas camponesas e os sindicatos, ocorrendo assim, um arrefecimento dos enfrentamentos entre os posseiros, o estado e os proprietários.

A partir do final dos anos 70 alteraram as formas de luta pela terra; já não se reproduzem os movimentos messiânicos, as ligas, o cangaço. Os camponeses e camponesas passam a se organizar como classe que possui vontade e força política para construir seus projetos político-econômicos e culturais. O modo de fazer política no país se altera e outros personagens (velhos e novos) são organizados nas lutas urbanas por acesso aos bens públicos de uso coletivo, bem como no mundo rural onde continua um forte processo de exploração e expropriação dos trabalhadores.

É este contexto, que também contribui para a conscientização dos trabalhadores rurais do ex-norte goiano, principalmente aqueles explorados na

região do Bico do Papagaio, na qual, vários movimentos de lutas em defesa da terra aconteceram e continuam naquela região.

Durante a ditadura e com o seu fim, continuou a luta política dos camponeses por terra. Segmentos sociais, não só diferentes, mas também antagônicos, imprimiram ações, inclusive o próprio Estado (o Incra), a UDR, ONG's se organizaram como partes dos agentes em luta pela questão agrária em nosso país. No entanto, vale mencionar os casos da CPT, do MST e do Sindicalismo Rural, que ainda que com equívocos, historicamente têm sido mais coerentes com os projetos dos e, para os camponeses assentados.

#### **1.4 O sindicalismo rural no Tocantins**

A história do movimento sindical de trabalhadores rurais tem sua origem em 1961, com a realização do 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no qual criou-se a ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (CUT/CONTAG, 1999).

Essa mobilização de trabalhadores rurais teve seu início já nos anos de 1950 com as ligas camponesas, como já registramos.

Durante o Congresso da Ultab, em 1961, eclodiram muitas divergências, acerca de luta pela terra, entre dirigentes do PCB, líderes das Ligas Camponesas e representantes da Ultab.

Os anos de 1962 a 1964 foram conturbados para as ligas camponesas, pois alguns acontecimentos geraram uma profunda crise e muitas tentativas de redirecionar o movimento.

Essas divergências levam a um rompimento político e os movimentos se dividiram na visão da CUT/CONTAG (1999, p. 27) em três orientações distintas:

- a) a luta pela sindicalização sob o controle do PCB;
- b) A atuação das Ligas;

c) E o envolvimento da Igreja dirigindo o seu trabalho à organização sindical.

Observa-se, neste período que o processo de sindicalização enfatizou a luta por direitos trabalhistas e melhoria das condições de trabalho através da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural.

O golpe militar de 1964 destruiu essas ações, pois os sindicatos foram queimados, metralhados e os principais líderes dos movimentos foram presos ou mortos.

Na década de 1970, o sindicalismo rural passou por um refluxo sofrendo com a intervenção estatal, quando o governo passa a controlar os sindicatos transformando-os em órgão de serviços assistenciais (Paiva, 1985).

Na década de 1980 novos atores surgem no meio rural. Estruturaram-se novas organizações como a dos atingidos por barragens, seringueiros, sem terra, posseiros, e outros. Esses movimentos recolocaram a necessidade da reforma agrária na pauta da política nacional (Grzybowski, 1991).

Em 1985, durante a realização do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais – CONTAG, o governo Sarney lançou o Programa Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Esse programa foi um fracasso e o enfrentamento das contradições, principalmente pelo MST, forçou os trabalhadores em todo o Brasil a se mobilizarem para ocupar áreas e exigir a sua desapropriação para fins de reforma agrária.

Em 1995, durante a realização do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, a CONTAG filiou-se à CUT – Central Única dos Trabalhadores - e reafirmou a necessidade da organização e mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra para lutar por reforma agrária.

Na compreensão dessas entidades,

O sindicalismo rural, assume neste contexto as tarefas de ser o articulador da sociedade em torno da democratização do acesso à terra e era quem deveria atuar na preparação, coordenação e encaminhamento das ocupações e das formas de resistência na terra, tendo as ocupações como prioridade de luta pela terra (CUT/CONTAG, 1999, p. 28).

No Tocantins, desde o início dos anos de 1980, já existiam sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente na região do Bico do Papagaio, local de intensos conflitos por terra.

Na região, objeto desse estudo, o sindicalismo rural tem sua história. Em 1983 começaram as articulações para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miracema, mas somente em 1985 confirmou-se a criação do mesmo (CEDI, 1990).

A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miracema se dá a partir das articulações do pessoal de Barrolândia e Divinópolis. Neste período, trabalhadores de Barrolândia, com o apoio da Igreja Católica e da CPT criam a Federação dos Trabalhadores Rurais de Tocantins, “mas sem ligação com a Federação de Goiás, de quem tínhamos muitas divergências”, diz Policássio Bispo Ferreira<sup>7</sup>.

Quando afirmei que o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barrolândia já possuía, na época da formação do Assentamento Irmã Adelaide (1996/1997), maior experiência de luta, isso é comprovado pelo conteúdo de uma entrevista realizada, por Neide Esterci, durante reunião do Departamento Rural da CUT, em Janeiro de 1989, com o Presidente da Federação de Trabalhadores Rurais de Tocantins. O mesmo foi questionado sobre a relação do sindicato com a luta por terra e, respondeu assim:

Nós fizemos um plano de luta.. A nossa prioridade é acompanhar os assentamentos porque ao contrário de certos sindicatos, nós damos apoio aos trabalhadores que visam fazer ocupação; nós não mandamos ir, mas damos apoio (CEDI, 1990, p. 99).

<sup>7</sup> Trabalhador Rural, parceiro em fazendas da região de Barrolândia, com 29 anos, é eleito Presidente da Federação de Trabalhadores Rurais de Tocantins, em 1988.

Naquele momento ainda não havia sido criado o Estado do Tocantins, mas já se colocava nas discussões dos movimentos de luta pela terra, nesta região, a necessidade de romper os laços com o sindicalismo e as orientações de Goiás.

A luta por terra em Miracema e no Tocantins é anterior à existência dos Assentamentos e de sindicatos; no entanto, na medida que os trabalhadores aprendem mais com a luta vão utilizando os resultados de sua aprendizagem, e o sindicato, a associação, a ocupação, a resistência, são recursos válidos, como diz Policássio na entrevista já mencionada:

A diretoria do Sindicato não pode mandar o pessoal ocupar, mas nós colocamos que se o pessoal não ocupar a terra, não haverá reforma agrária. Se o pessoal não toma iniciativa, não tem como o sindicato acompanhar. Se os trabalhadores vão, o sindicato ajuda até a se organizar lá dentro da ocupação, no assentamento. Se a diretoria é que toma a iniciativa a responsabilidade recai sobre o sindicato, ainda mais se der uma repressão muito grande, como costuma acontecer por aqui. Hoje se coloca outro problema: o que fazer para que os trabalhadores que ganharam a terra continuem nela?(CEDI, 1990, p. 99).

O mesmo trabalhador sindicalista é questionado sobre se a luta por terra perdeu o seu vigor. A sua resposta confirma o que os trabalhadores do assentamento Irmã Adelaide irão dizer dez anos mais tarde, afirmando que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrolândia deu informações precisas sobre áreas que poderiam ser ocupadas, dentre elas, aquela na qual estão vivendo.

Em resposta à luta pela terra veio a repressão, que foi muito grande. Em muitos lugares o pessoal não tem mais aquela garra. Hoje teria é que ocupar: sabemos que em Miracema tem terra devoluta, mas eles não estão dispostos a ocupar. No Bico do Papagaio fizeram lutas, mas em terras, considerada, sobras de terras e terras de ninguém. Hoje, em áreas, mesmo que griladas, o pessoal fica com receio. Também em Barrolândia não tem disposição de luta por terra. O pessoal está mais disposto é para a associação, querem priorizar a roça comunitária, núcleos em torno dos meios de produção; é o jeito de mudar como produz e o que produz (CEDI, 1990, p. 101).

A luta, o aprendizado, bem como os temores daqueles trabalhadores, no passado, estão vivos hoje na mesma luta dos atuais trabalhadoras e trabalhadores rurais do Assentamento Irmã Adelaide, que em suas falas mencionam, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrolândia e o de Miracema como organizações que, juntamente com outras, contribuíram para a conquista da terra na qual trabalham, além deles mesmos.

### **1.5 Classes sociais no campo**

Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de "fazer a história". Mas, para viver, é necessário, antes de mais, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX E ENGELS, 1976).

Karl Marx formulou o problema das classes sociais fundamentado no pressuposto de que, nas sociedades capitalistas, as forças produtivas e as relações de produção constituem as bases que determinam a estrutura, a divisão em classes, a consciência, as ideologias e a respectiva cultura dominante nessas sociedades.

Na obra de Marx o conceito de classe social só tem valor como parte de uma teoria das classes no contexto das suas análises da sociedade capitalista. Ou seja, pensa-se o fato real de uma sociedade dividida em classes a partir de determinantes econômicos (as relações de produção) e do lugar ocupado pelos indivíduos neste determinado modo de produção.

Neste sentido, toma importância o conjunto das relações materiais que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida, formando a base de todas as suas relações. No entanto, em *A Ideologia Alemã*, Marx (1976, p. 19) afirma que esse modo de produção não é:

(...) mera reprodução física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são dependem, portanto, das condições materiais de sua produção.

Marx não construiu uma teoria específica sobre classes sociais; no entanto, o que deixou em seus distintos trabalhos nos ajuda a entender que a constituição dessa categoria, em Marx, é extraída de sua análise das relações sociais no interior de um processo de produção e de um modo específico de produzir, baseado na exploração da força de trabalho, segundo a qual, o que é produzido socialmente é apropriado diferentemente pelos homens - proprietários dos meios de produção e “proprietários” da força de trabalho.

Stanislaw Ossowski (1976), diz que Marx, ao tomar a propriedade dos meios de produção e o emprego do trabalho assalariado como critérios para a divisão das classes, não criou a teoria das classes, mas anunciou uma lei importante para a compreensão das sociedades do tipo capitalista.

Neste sentido, a existência das classes sociais está vinculada aos processos reais de exploração dos trabalhadores e da apropriação privada das condições para produção pela burguesia. Tânia Quintaneiro (1995, p.79) afirma que “as classes sociais são uma decorrência de determinadas relações sociais de produção”.

Georges Gurvitch (1982, p. 17) analisando o conceito classes sociais, afirma que para Marx:

A base das classes sociais é constituída pelo papel que as classes desempenham na produção, na circulação e na distribuição dos bens econômicos; este papel determina o nível de vida, a consciência de classe, cuja existência se manifesta pela luta que travam entre si e pelo poder (p 17).

O próprio Marx (1988, p. 297) no Livro Terceiro de O Capital, quando expõe o Processo Global da Produção Capitalista, apresenta um capítulo sobre as Classes (na verdade uma página), no qual aparece com clareza o critério econômico como um dos elementos definidores da constituição das classes numa formação social capitalista.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.

A crítica feita ao processo de expropriação dos trabalhadores e à propriedade privada tem demonstrado que a dominação daqueles que são proprietários dos meios de produção não se dá somente na esfera da produção, eles também dominam política e culturalmente. A classe dominante é a classe que produz as idéias dominantes.

O que podemos observar é que classe social não é somente conceito, é um fenômeno real. Aqui vamos procurar compreender a construção do conceito em Marx, a partir de algumas obras (principalmente o Manifesto do Partido Comunista), bem como tentar entender a constituição das classes sociais no campo no Brasil.

Horácio Martins de Carvalho (1987, p. 108) ao estudar a categoria classe social em Marx, afirma que:

Comparando-se as diversas passagens onde o conceito classe social aparece nas obras de Marx e Engels, pode-se entender que o termo "classe" apresenta para eles uma denotação variável, isto é, refere-se a grupos diferenciados de diversos modos dentro de uma categoria mais inclusiva, como a categoria de grupos sociais com interesses econômicos comuns, ou a categoria de grupos cujos membros partilham condições econômicas idênticas em certo particular.

Vejamos como se encontra a idéia de classe social no Manifesto do Partido Comunista, uma obra escrita em 1848 e, no contexto do pensamento marxista, a principal obra, na qual Marx e Engels trabalharam o sentido utópico de uma futura sociedade. Essas idéias e as conseqüentes lutas políticas estavam em efervescência antes da publicação do Manifesto.

Marx e Engels (1998, p. 8) iniciam o Manifesto, situando a questão das classes, exatamente no contexto das lutas políticas de formação da burguesia e do proletariado, vejamos.

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo membros das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.

Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos. Na Roma antiga, temos patricios, guerreiros, plebeus e escravos. Na Idade Média, senhores feudais, vassalos, membros de corporações artesãos e servos; além disso, em quase todas essas classes, novas subdivisões.

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

No texto acima, parece que os autores não fizeram distinção entre os diferentes tipos de organização social e consideraram de forma generalizada, a presença das classes e, portanto, a luta entre elas como um fenômeno de todas as sociedades.

Na obra Miséria da Filosofia, o próprio Marx (2001, p. 151) nos afirma que em relação à burguesia como classe, devemos:

Distinguir duas fases: aquela durante a qual se constituiu em classe sob o regime do feudalismo e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou o feudalismo e a monarquia, para fazer da sociedade uma sociedade burguesa.

Outro aspecto que Marx e Engels (1998, p. 9-10) chamam atenção é a idéia de que existem duas classes fundamentais em oposição (burguesia e proletariado) e com a possibilidade da ação revolucionária. Embora presente ali a idéia da burguesia como classe revolucionária, fica muito claro, no texto, que esse caráter revolucionário “não aboliu as contradições de classes”, as intensificou e, enquanto classe, a burguesia se apropriou dos meios de produção.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada de um longo processo político correspondente. Segmento social oprimido sob a dominação dos senhores feudais; organizado em associação armada autogerida na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro Estado sujeito aos impostos na monarquia;... Com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno.

Lenin, citado por Ossowski (1976, p. 89-90) afirma que:

As classes sociais são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras pelo lugar ocupado por elas num sistema historicamente determinado da produção social por sua relação (na maioria dos casos fixados e formulados em lei) com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, por consequência, pelas dimensões e métodos de adquirir a parcela da riqueza social de que dispunham. As classes são grupos de pessoas onde uma se pode apropriar do trabalho da outra, devido aos lugares diferentes que ocupam num sistema definido de economia social.

O que o movimento histórico das lutas de classes tem demonstrado é que, embora os critérios econômicos determinem de maneira fundamental as classes sociais, eles não são suficientes para demarcar os limites entre as classes.

Os critérios políticos e ideológicos, também, são fundamentais para a distinção das classes, pois os interesses contraditórios das classes só são percebidos a partir do momento em que se organiza política e ideologicamente de forma contraditória, para defender seus interesses. Neste caso, é possível compreender que todos os indivíduos que desempenham suas

atividades, numa determinada formação social estruturada em classes, mesmo que não tenha consciência disso, pertence a uma dessas classes.

Analisando o conceito de classe social, Gurvitch (1982) esclarece que Marx apresenta, no Manifesto, uma idéia de que classe social é constituída de modo definitivo somente quando, além do papel na produção e dos interesses econômicos comuns, existir a solidariedade de classe, que é fruto da ideologia de classe.

Nicos Poulantzas (1976), retoma o conceito marxista de classes sociais e afirma que uma classe social se define pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão do trabalho, que engloba relações políticas e relações ideológicas. No entanto, para Poulantzas (1976, p. 110) não há uma exclusividade do econômico como elemento definidor das classes.

*Classes sociais são grupos de agentes sociais, homens definidos, principalmente, mas não exclusivamente, pelo seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica.*

Na perspectiva de Quintaneiro (1995), Marx distingue conceitualmente as classes enquanto grupos de pessoas que compartilham determinadas condições objetivas, ou seja, a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção - classe em si - dos grupos que se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, o que supõe uma identidade construída do ponto de vista subjetivo - classe para si.

Isso significa reconhecer que, além da posição na produção para se constituir de fato em classe social, é necessária a tomada de consciência da real condição de explorado ou explorador, e no caso do proletariado, a consciência da sua condição de sujeito histórico criador da sociedade do futuro.

A consciência de classe é o elo que permite a passagem da classe “em si”, agrupamento com interesses objetivos “latentes”, à classe “para si”, grupo de poder que tende a organizar-se para o conflito ou luta política, e cujos interesses tornam-se, portanto, manifestos. Mas a consciência de classe não surge automaticamente da “situação de classe”, nem todo agrupamento organizado para o conflito político tem por base a classe social (...) (Stavenhagen, 1979).

No caso da burguesia, mesmo tendo “criado um mundo à sua imagem e semelhança”, assim “como colocou o campo sob o domínio da cidade”, criou a “livre concorrência”, bem como a “organização social e política correspondente”, mas também criou: “as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários (Marx e Engels, 1998, p.14)”.

Marx (2001, p. 151), em sua obra ‘A Miséria da Filosofia’; resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon, afirma que foram realizadas muitas investigações visando as lutas e fases históricas da burguesia, no entanto:

Quando se trata de se apresentar um relato exato das greves, das coligações e das outras formas pelas quais os proletários realizam diante dos nossos olhos a sua organização como classe, uns são tomados de um temor real, ostentando outros um desdém transcendental.

Numa outra obra, o 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx (1997, p. 127) referindo-se aos pequenos proprietários camponeses da França, coloca novamente a necessidade de constituição da classe e ressalta a importância da consciência de classe, quando diz:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo.(...) Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos (...) cada família camponesa é quase auto suficiente, ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome (...) A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que os separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe.

Mais uma vez fica evidente, no pensamento de Marx, a necessidade de considerar a história para a compreensão de um conceito, pois o “saco de batatas do campesinato francês” se constitui num contexto de produção, onde está em jogo a existência de outras classes, portanto com a possibilidade de lutas entre elas.

Lukács (1974, p. 85) esclarece a importância da consciência de classe para o caso do proletariado, pois:

A função da consciência de classe para o proletariado é assim definida, por oposição à sua função para as outras classes. O proletariado não pode libertar-se como classe sem suprimir a sociedade de classes em geral e é precisamente por isso que a sua consciência, a última consciência na história da humanidade, deve coincidir, por um lado, com a revelação da essência da sociedade e consumir, por outro lado, uma unidade cada vez mais íntima da teoria e da práxis.

No caso do Brasil, há um capitalismo que recria relações não-capitalistas, principalmente no caso da constituição das classes no campo brasileiro.

Para entender a formação da sociedade capitalista no Brasil, é preciso buscar as raízes da formação da sociedade brasileira, notadamente os processos de trabalho, de produção e distribuição dos bens produzidos nos diferentes períodos históricos. Por outro lado, é fundamental localizar a formação do capitalismo em suas diversas etapas e, particularmente, no caso brasileiro entender o papel do campo e do estado brasileiro no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo.

Os vários ciclos de implantação, desenvolvimento e expansão do capitalismo no Brasil, “da economia brasileira”, são ciclos de expansão da agropecuária e no seu interior os processos de industrialização do país, conforme afirma Octávio Ianni (1984, p. 143):

É curioso observar que o trabalhador braçal da indústria automobilística se chama peão, se conhece, reconhece como peão. Isto é, ontem era agricultor, sitiante, meeiro, posseiro, camarada, assalariado de algum tipo. É interessante observar como o agrário está entre nós (...) A história brasileira é a história da formação da sociedade das classes sociais no campo e na cidade.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1995, p.10) afirma que, embora persistam relações não capitalistas de produção no campo sob o capitalismo, na medida que este avança e penetra na agricultura, acontecem três processos que não são distintos:

1. Ocorreria a separação do pequeno produtor familiar de subsistência dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais, criando o produtor individual, o agricultor propriamente dito;
2. Esse produtor individual, o camponês, é forçado a abandonar a pequena indústria doméstica tornando-se exclusivamente agricultor, incluído cada vez mais na economia de mercado; e
3. Como produtor individual, o camponês está agora inserido na agricultura de mercado e isso o levaria ao endividamento, pois o preço baixo dos seus produtos e os altos preços pagos pelas mercadorias industrializadas, obrigam o a tomar dinheiro a juro e como não consegue pagar esses empréstimos, é obrigado a vender sua propriedade e tornar-se um trabalhador assalariado. O camponês seria separado dos seus meios de produção e isso abriria espaço para a implantação de fato do capitalismo no campo.

Horácio Martins de Carvalho (1987, p. 125), estudando as classes sociais no campo, utilizou os mesmos critérios de Marx (a propriedade ou não dos meios de produção) como elemento que determina a formação de classes no campo brasileiro e da existência de classes típicas do capitalismo,

(...) a formação social brasileira no campo apresenta três classes sociais: duas constituindo o modo de produção capitalista, ou seja, as classes sociais burguesia rural e o proletariado rural. A terceira classe é a pequena burguesia rural constituída pelos produtores simples de mercadorias mais os pequenos comerciantes, profissionais liberais e parte do pessoal vinculado aos aparelhos ideológicos privados.

Mesmo considerando as dificuldades de identificar as classes sociais no campo, e que este estudo não tomou como referência base empírica específica, há estudos que se pautaram por uma investigação séria. A respeito Ianni (1984, p. 152), ao mostrar como tem se dado o processo de expansão do

capitalismo no campo, em várias regiões brasileiras, apresenta “a burguesia no sentido lato, o campesinato com suas variações, e a tecnocracia com suas especificidades” e, menciona ainda, o proletariado rural, que segundo o autor “está crescendo em termos quantitativos e qualitativos”.

Mas é em relação ao processo de conversão do lavrador em proletário que Ianni (1984, p. 129-130) diz envolver as seguintes condições:

1. O desenvolvimento das forças produtivas, tais como capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho;
2. A transformação das relações de produção, conforme essas relações se exprimam na expropriação de trabalhadores como o colono, o rendeiro, assalariado, peão, volante e outros;
3. A “superação” do messianismo e do cangaço pela liga camponesa e o sindicato rural, como formas de organização e compreensão das condições de existência social do trabalhador rural.

É possível identificar a existência do capitalismo no campo, na medida que se reconhece ali a presença de classes típicas desse modo de produção e que está ocorrendo a luta de classes e a conseqüente constituição de uma classe, na acepção marxista, de acordo com Ianni (1984, p. 131).

Enquanto proletário, o trabalhador rural se encontra prática e ideologicamente divorciado dos meios de produção, da fazenda, da casa-grande, da capela, do fazendeiro ou seus prepostos (...) Podem (o proletariado rural), conceber-se como diferentes, quanto a direitos, deveres e ambições. Organizam e pensam a si mesmos como categorias distintas (...) Uma classe política, elaborando uma consciência política mais autônoma, como classe para-si.

Álvaro de Vita (1997, p. 120-121) descreve a formação das classes trabalhadoras rurais a partir do enfrentamento e das lutas pela propriedade da terra, e neste caso, ao longo da história das lutas nas quais os trabalhadores rurais foram se constituindo em:

Parceiros, que trabalham em terras de outros e dão aos proprietários parte do que produzem;  
Arrendatários, que pagam um aluguel pela terra, lutam para não serem despejados das terras que cultivam e para reduzir o foro;

Posseiros, cerca de 1 milhão de famílias em todo o país – lutam pela legalização de suas posses e para não serem expulsos de suas terras por grileiros e seus capangas;

Pequenos Proprietários que lutam contra os altos juros cobrados pelos bancos no financiamento à produção agrícola e contra os baixos preços pagos por intermediários comerciais;

Trabalhadores Assalariados que compõem atualmente a classe social mais numerosa no campo.

O que podemos perceber é que o campo é complexo, está em movimento e o seu processo de “submissão” ao mundo urbano é contraditório, como é todo processo de produção no modo capitalista de viver.

Oliveira (1997, p. 36), fala que esse processo contraditório ficou mais evidente com o:

Avanço da industrialização e o crescimento urbano que forneceram possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado, capitalista portanto, no campo. Sua rápida expansão por todo o país, no entanto, está longe ainda de implantar o domínio dessa forma de produzir no campo. Mais que isso, a sua expansão abriu possibilidades concretas para a recriação do trabalho familiar camponês.

Essa realidade é cada vez mais presente, pois a agricultura cresce com base no trabalho familiar em todo o Brasil, principalmente nas “áreas de fronteira agrícola e econômica”. No entanto, o que é importante lembrar, é que se expandir é uma lei universal do capitalismo.

Martins (1995, p. 152) expressa bem o que está em jogo quando se trata da expansão do capitalismo no campo:

De um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra.

As lutas pela terra neste país, em particular aquela que deu origem ao Assentamento Irmã Adelaide, comprovam a existência de uma sociedade profundamente desigual e que as lutas políticas travadas, no campo e na

cidade, são elos de um processo contraditório de dominação de uma classe, a burguesia agrária e a industrial sobre a outra classe, o proletariado urbano e rural deste País.

## **II. CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE**

Neste capítulo serão destacados alguns aspectos que caracterizam o Assentamento Irmã Adelaide. Inicialmente, será apresentado um histórico do município de Miracema do Tocantins, no qual o assentamento encontra-se em implantação, para em seguida, apresentar os principais aspectos da organização geral do Assentamento.

### **2.1 Aspectos geográficos e econômicos do Município de Miracema do Tocantins**

Miracema do Tocantins é uma cidade que tem sua origem histórica situada na década de 1920 e, assim como o Estado do Tocantins, deve sua existência aos homens e mulheres que migraram de outros Estados, como o Maranhão, Pará, Piauí na busca de melhores pastagens para a criação de gado bovino e para o comércio dos poucos produtos agrícolas produzidos.

A origem do nome (Miracema), etimologicamente vem do latim, verbo MIRARE = ver, olhar + o sufixo tupi guarani, CEMA= água, daí Miracema, a cidade que mira a água do rio.

O município de Miracema do Tocantins está localizado na região central do Tocantins e é a sede da 7ª Região Administrativa do Estado, com uma área de 3.503,3 Km<sup>2</sup>, situado à margem esquerda do majestoso Rio Tocantins e distante 80 KM da Capital do Estado, Palmas; possui uma população de 24.452 habitantes, sendo 20.443 na zona urbana e 4009 na zona rural, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2000); limita-se ao

norte com o município de Guaraí, ao sul com os municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins e a oeste, com os municípios de Miranorte, Araguacema, Barrolândia e Divinópolis.

Passou por várias transformações desde que se emancipou em 1948. A mais importante aconteceu em 1988 quando foi escolhida Capital Provisória, por um ano, do recém criado Estado do Tocantins.

As principais atividades econômicas do município são a pecuária, com a criação, principalmente de bovinos, suínos, eqüinos e muares; a agricultura, com a cultura do arroz, milho, feijão, banana, mandioca e abacaxi; e o setor de serviços, que contribui com a maior parcela da renda do município. Além de ser gerador e transmissor de energia através da Usina Hidrelétrica do Lajeado construída no Rio Tocantins, 22 KM a montante da cidade de Miracema.

Dados do IBGE (2001), referentes ao levantamento sistemático da produção agrícola, davam conta de: 1200 hectares de área plantada e colhida com a cultura do abacaxi; 80 hectares de área plantada e colhida com a cultura da mandioca; 100 hectares de área plantada de banana e com a colheita em andamento; 400 hectares de arroz de sequeiro já colhido; 30 hectares de feijão já colhido e, 300 hectares de milho de sequeiro já colhido.

No município de Miracema está presente o problema da concentração fundiária. Embora seja visível o fato de que, na década de 1990, as propriedades rurais, no município, tenham mudado de donos, isso não permitiu alterar a estrutura concentradora, característica da situação fundiária do estado e do país.

No caso do município de Miracema, dados desta pesquisa demonstram que há um total de 676 propriedades rurais no município; levantamento feito em 52,8% (357) dessas propriedades, foi possível detectar que 149 destas, são propriedades que possuem até 100 hectares, 03

propriedades possuem aproximadamente 50% da área ocupada por 149 pequenas propriedades. A fazenda desapropriada para formar o Assentamento Irmã Adelaide, situada a 80 km da sede do município de Miracema, tinha uma área de 5.076,23 hectares, de um único dono.

Maria de Lourdes Antonio Cavalcante (1998, p. 33), informa que esta concentração fundiária está presente no Estado, inclusive com graves conseqüências para a agricultura: “61,38% da área total dos estabelecimentos agrícolas são ocupados por pastagens e as lavouras ocupam apenas 6,56%”.

A cidade possui ainda, uma rede de serviços públicos de uso coletivo e de responsabilidade das três esferas de governo (escolas, hospitais e Universidade), o Municipal, o Estadual e o Federal. Esses serviços representam o que é disponibilizado como essencial para uma cidade do porte de Miracema: educação básica, saúde, segurança e justiça. São acrescentados a esses serviços, outros de natureza pública ou não, que contribuem para a reprodução de espaços que garantam o funcionamento da cidade e do campo.

## **2.2 Caracterizando o Assentamento Irmã Adelaide**

Um assentamento é um espaço complexo, de muitos conflitos, que permite vários enfoques, que esconde e faz aflorar distintas possibilidades para a reconstrução da vida camponesa.

Bergamasco e Norder (1996, p. 7-9), afirmam que os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais sem terra, representando uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola fundamentado em bases sociais mais eqüitativas. Acrescentam ainda, que no

Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da Segunda metade dos anos 80. No assentamento Irmã Adelaide é possível constatar essas afirmações.

O Assentamento Irmã Adelaide<sup>8</sup> tem sua origem nas andanças dos trabalhadores rurais sem terra, deste país, em busca de terra para trabalhar. Afirmei, na introdução deste trabalho, que a cidade de Miracema tem sua origem ligada ao ciclo de migração de nordestinos em busca de pastagens para a criação de gado e, que posteriormente, no final da década de 1980, a criação do Estado do Tocantins e da sua capital, Palmas, como cidade planejada, criaram as condições necessárias para um intenso processo de migração e emigração.

O Estado do Tocantins e, muito particularmente, Palmas, até a primeira metade da década de 1990, tornou-se uma referência para trabalhadores e trabalhadoras rurais que aqui chegavam na esperança de por fim a uma “vida de insegurança e de retirante, que vive passando mil e uma necessidades nas periferias das cidades por onde a gente anda”, como eles próprios dizem.

A cidade de Palmas, pelo volume de recursos públicos ali investidos, visando a construção da sede político - administrativa do Estado, e pela intensa propaganda oficial que vendia a imagem de uma cidade e de um governo que atendia as necessidades de todos que procuravam a cidade, recebeu um contingente muito grande de trabalhadores, pobres e excluídos (do Tocantins e de outros Estados), da terra, da escola, do serviço de saúde e, que viam nestas ‘promessas’ uma luz no fim do túnel.

---

<sup>8</sup> Existem mais três assentamentos coordenados pelo Incra em Miracema (Brejinho, Campos Belos e Canjirana) e o assentamento Mundo Novo, formado por famílias atingidas pelo lago da Barragem construída no Rio Tocantins.

Foi assim que, a partir de 1996, esses trabalhadores pobres e excluídos, perceberam que suas dificuldades de viver ficaram maiores, pois continuavam excluídos do processo de desenvolvimento da cidade e do estado e começaram a discutir alternativas de solução. Alguns trabalhadores, inclusive com a ajuda de companheiros e do setor público, encaminharam soluções no nível individual (voltar para o local de origem), enquanto outros, com muita solidariedade, fizeram o enfrentamento destas condições “decidindo fincar o pé e ir prá luta por aquilo que mais sabemos fazer”, afirmam alguns destes trabalhadores que são assentados.

Foi assim que teve início, na então Vila União<sup>9</sup>, as diversas atividades como: reuniões de reconhecimento dos companheiros e dos problemas de cada um; coleta e distribuição de alimentos entre os mais necessitados; decisão de cada trabalhador de fazer sua inscrição em programas oficiais (Inkra ou Governo do Estado); a preocupação de identificar áreas para possível ocupação e os contatos com pessoas e instituições que contribuíram para a tomada de consciência de resistir e lutar por terra para trabalhar.

Na verdade, os camponeses percebem a crise em que vivem e as profundas dificuldades em prover a família do mínimo necessário para a sobrevivência nas condições em que se encontram e, neste caso, a alternativa foi a organização com fortes características do espontaneísmo, como nos lembra Monteiro (1990, p. 19),

Os camponeses têm poder de organização espontânea, em situação de violenta crise e ameaça à destruição dos mesmos, isto é, visualização da impossibilidade de reprodução simples da família. Este poder de organização geralmente é direcionado para garantir o elemento essencial de reprodução de sua economia, a terra. Em torno da terra em todo o mundo, os camponeses se mobilizam, chegam à luta armada. Quando a terra que serviu de insumo indivisível catalisador foi obtida, com a parceria da mesma, a organização espontânea campesina

<sup>9</sup> Local situado na região norte da capital – Palmas, para onde acorriam a maioria dos pobres que procuravam a cidade, no qual se iniciou o processo de luta pela conquista da terra e que deu origem ao Assentamento Irmã Adelaide, posteriormente.

desaparece e é reintegrado no processo de organização social rural dominante, o mercantil capitalista.

Fruto dessas ações, que não são espontâneas, os trabalhadores situados em Palmas, mantiveram contato com trabalhadores e membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Barrolândia, cidade situada às margens da Rodovia BR-153 e distante 100 km de Palmas. Esses trabalhadores conheciam mais a região do entorno de Palmas e deram uma importante contribuição para o grupo de Palmas, pois indicaram algumas áreas que poderiam ocupar e pleitear o processo de compra pelo Incra.

A Fazenda Boa Nova, localizada a 80 km da sede do município de Miracema do Tocantins, com 5.076,23 hectares, de um único dono como já informado, era conhecida dos trabalhadores rurais de Barrolândia. Nesta área não havia grande produção agrícola; o proprietário priorizava a pecuária extensiva, forma característica de uso da terra nesta região, desde os anos de 1950 (veja Figura 2).



**Figura 2:** Boiada de fazenda próxima ao Assentamento.  
Fonte: Foto do autor, 2002.

Essa solidariedade na luta pela terra, permitiu aos trabalhadores que estão se organizando em Palmas, tomar conhecimento de que a Fazenda Boa Nova já foi alvo de ocupação, mas com o insucesso dos trabalhadores e, que o proprietário tem interesse em vendê-la. Esta foi a senha para o fortalecimento do movimento e para a ocupação 'pacífica' da fazenda pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais que estavam expropriados do seu principal instrumento de trabalho, a terra.

Na área ocupada existe uma vegetação na qual predomina o cerrado. O cerrado é uma vegetação que apresenta plantas com troncos e galhos retorcidos, protegidos por uma casca grossa, cortiça e com folhas grandes e gramíneas. Na área do assentamento há o campo cerrado, o cerradão e o campo limpo, bem como uma presença marcante de matas do tipo siliar e de galeria, que acompanham os rios e cursos d'água.

Os assentados e assentadas, logo que iniciaram a ocupação, trataram de preparar pequenas áreas de terras para o plantio, principalmente de arroz, milho, mandioca e abóbora. A preocupação, como muitos assentados afirmaram, "era dizer logo que a gente não veio pra brincar", apesar do solo do tipo arenoso e arena argiloso, existem faixas de terras boas para a agricultura.

A Revista "Tocantins em Revista" (Governo do Tocantins/FGV, 2001, p. 61), descreve o Tocantins como uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil capaz de oferecer condições naturais para o desenvolvimento do setor agropecuário. Diz existir mais de 200 mil km<sup>2</sup> de terras planas e solos estruturados, com chuvas regulares de 6 a 7 meses por ano. Afirma ainda que, levantamentos do Projeto Radam-Brasil apontam que 60% da superfície do solo tocantinense são agricultáveis e aproximadamente mais 25% têm possibilidade de serem melhorados com a utilização da tecnologia já

disponível. No Assentamento Irmã Adelaide a produção dos assentados confirma, em parte, essa lógica.

Na seqüência, no terceiro capítulo deste trabalho, vou abordar as práticas educativas da luta pela terra no assentamento e, junto com essas práticas, será melhor caracterizada a vida camponesa no assentamento (veja Figura 3).



**Figura 3:** Assentamento Irmã Adelaide: Assentado saindo da Agrovila a cavalo para visitar moradores de uma fazenda próxima.  
Fonte: Foto do autor, 2002.

### III. AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE

A luta camponesa, que está permitindo a reconquista da terra, levada a cabo no Assentamento Irmã Adelaide, por trabalhadores e trabalhadoras rurais, faz parte de uma história que está em construção. Alguns estudos possibilitam compreender que no Assentamento Irmã Adelaide está acontecendo uma luta que possui profundas relações com movimentos sociais que lutam pela terra<sup>10</sup>.

Gohn (1992) apresenta contribuição importante para a reflexão que precisamos fazer sobre o caráter educativo dos movimentos sociais. Para a autora, os movimentos sociais falam segundo interesses da coletividade. “A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo”. Reconhecemos que embora a autora, neste texto, tenha centrado sua análise em movimentos urbanos, percebemos que a luta dos assentados do Irmã Adelaide, possui especificidade que permite ser incluída nesta reflexão.

Estamos entendendo movimento social aqui, na mesma acepção de Gohn, que apresenta um extenso estudo sobre teorias dos movimentos sociais. Segundo esta autora: “movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto” (1997, p. 247).

---

<sup>10</sup> Entre estes estudos sobre movimentos sociais no campo, destacamos: Gohn (1995); Martins (1989); Medeiros (1989); Noronha (1986) e Oliveira (1997<sup>a</sup>).

Compreender o sentido educativo da vida, na complexidade das ações e interesses no interior do assentamento exige assumir uma concepção de educação, não como uma ação exclusiva do sistema escolar formal, mas como uma formação da consciência que permita a aquisição de conhecimentos a partir da realidade social vivida pelos homens nas suas relações com os outros e com a natureza (Loureiro, 1988).

Nas diversas vezes que visitei o assentamento sempre presenciei relações de trabalho, conversas envolvendo vários membros de uma mesma família e de diferentes famílias, brincadeiras, discussões, crianças aprendendo com os mais velhos, confirmando o que essa autora diz.

Foram 106 famílias assentadas no Assentamento Irmã Adelaide, correspondendo a uma população de mais de 500 moradores. 91 lotes foram destinados a homens e 15 a mulheres. Participaram desta pesquisa, respondendo aos questionários e/ou entrevistas, 33 assentados, representando 31,1% do total de assentados. As informações foram prestadas por 29 homens e 04 mulheres titulares de lote.

Nessas 33 famílias pesquisadas encontramos aproximadamente 200 pessoas. As famílias têm em média 4,6 filhos. Observamos que no Assentamento há uma população, os filhos e filhas dos assentados e assentadas, que num futuro próximo terão que enfrentar a luta por terra, como fizeram seus pais, alguns inclusive com a participação dos filhos. Nesse universo de 33 famílias, identificamos 34 crianças menores de 12 anos e 121 pessoas (filhos e filhas) com mais de 12 anos de idade.

Foi possível identificar que 12 famílias (36%) são originárias do Estado do Tocantins e que 21 famílias (64%) são originárias de outros estados brasileiros. O que chama atenção é que todas as famílias estavam residindo no Tocantins, quando da formação do Assentamento e, a maioria, 19 dessas

famílias, residia em Palmas e apenas 03 residiam em fazendas próximas ao Assentamento.

Estamos considerando originárias do Tocantins, aquelas 12 famílias em que o informante da pesquisa (o titular ou a titular do lote) afirma ser natural do Estado do Tocantins. O segundo Estado com o maior número de famílias no Assentamento é o Maranhão (06 famílias), seguido do Piauí e do Pará (03 famílias cada um); Ceará e Goiás com duas famílias; e, os Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, todos com apenas uma família que informou ser originária desses Estados.

Esta presença de trabalhadores rurais de 11 estados diferentes, com distintas formas de se relacionar com a terra, com o governo e entre si; e, com diferentes experiências de vida, é fundamental para entender a riqueza da luta pela terra naquele espaço. No entanto, é importante também considerar que, todos os assentados, e não somente os informantes da pesquisa, já residiam no Tocantins quando ocuparam aquela área e foram selecionados pelo Incra.

No caso das 33 famílias, sujeitos desse estudo, são originárias das seguintes cidades do estado: Palmas (19 famílias); Barrolandia (07 famílias); residentes em fazendas próximas ao assentamento (03 famílias) e Porto Nacional e Itaguatins (uma família em cada cidade).

Este expressivo número de famílias residentes em Palmas, e que fazem parte do Assentamento, confirma a idéia de que a origem do mesmo está ligada ao núcleo de trabalhadores rurais expropriados de seu principal instrumento de trabalho - a terra - e que viram na formação da Capital do Estado - Palmas - a possibilidade de melhores condições de vida, mas como isso não se concretizou, organizaram-se e fizeram uma luta vitoriosa pela terra que se transformou no Assentamento Irmã Adelaide.

### 3.1 Religião e faixa etária dos assentados

O trabalhador rural que luta pela posse da terra, ou que busca reconstruir sua vida camponesa num assentamento de reforma agrária, contribui para dificultar a monopolização da terra pelo capital (Pessoa, 1999). O mesmo autor, citando Ianni (1988), diz que o movimento camponês precisa ser entendido como algo muito além da luta pela defesa desesperada de um pedaço de chão, com um documento cartorial e complementa:

Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua ou o dialeto, a etnia ou a raça entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho... a relação do camponês com a terra põe em jogo, também a sua vida espiritual (Pessoa, 1999 p. 247).

Pretendemos mostrar que os trabalhadores do Assentamento Irmã Adelaide estão preocupados com a reconstrução material e espiritual de suas vidas. Durante as visitas de observação, percebemos conversas sobre benzeções, lugares mal-assombrados, a colocação de símbolos (cabeça de gado, garrafas, espantalhos) em roças de alguns e, na agrovila há templos construídos, há quadros de figuras tradicionais (os chamados santos, o papa e outros) em muitas casas que visitei.

Na primeira vez que estive no assentamento, procuramos saber as razões do nome “Irmã Adelaide” para o local onde vivem. As explicações foram: “foi um jeito que nós achou de homenagear uma Freira que apoiava a luta pela terra no sul do Pará e morreu”; outros confirmavam essa mesma versão e apesar de não conhecerem a freira, acrescentavam “que a coragem dela anima a gente a lutar pela nossa terra”.

Tais respostas revelam duas questões importantes: o fato de que a luta pela terra dos trabalhadores rurais do Tocantins e, em particular a dos trabalhadores do Assentamento Irmã Adelaide, no município de Miracema do Tocantins, não ser um fenômeno isolado, tendo, portanto, seu fundamento nas mesmas lutas históricas do passado e das atuais que acontecem em todo o Brasil; e a segunda questão, é a construção simbólica, imaginária, presente no conteúdo das falas que justificam o nome dado ao Assentamento.

A religião oficial também está presente no Assentamento. 54,5% dos assentados e assentadas se identificam como evangélicos; 36,5% como católicos e os 9% restantes afirmam não professar nenhuma religião.

No Assentamento existem quatro igrejas. A igreja Católica, duas Igrejas Assembléia de Deus (Madureira e Seta) e a Congregação Cristã no Brasil (que eles a denominam de igreja do véu). Observamos que os templos das três Igrejas (a Católica e as duas Assembléia de Deus), possuem uma boa estrutura física, considerando a realidade onde estão inseridas. Constituem-se como uma casa de tijolo, rebocada e pintada, com uma área construída de aproximadamente 60 metros quadrados, sem repartição e, segundo informação de vários assentados, foram construídas com a ajuda da Prefeitura Municipal de Miracema. As duas evangélicas estão localizadas no espaço da agrovila em partes de lotes cedidos pelos assentados. No caso da Igreja Católica, está situada no centro da Agrovila numa área que, desde o início, foi destinada para isso (veja figura 4).

As conversas com grupos de assentados e as visitas em suas casas permitiram perceber que a construção dessas Igrejas não foi obra somente do esforço espontâneo e sentimento religioso deles, pois revelaram que as três Igrejas (as duas Assembléia de Deus e a Católica) foram construídas pela Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins, durante o mandato do

Prefeito Ernesto Giordani Rotta<sup>11</sup>. Todos afirmam que a Prefeitura não fez tudo, “deu apenas o material necessário e a mão de obra foi nossa”. O fato é que, os templos, são construções que destoam em qualidade, das casas construídas para serem o local de morar dos assentados. O que é um indicador da importância da religião para essas pessoas (veja figura 5).

A Igreja Congregação Cristã no Brasil não possui um templo construído, no Assentamento, nas mesmas condições das outras denominações. Alguns membros explicam que eles não aceitam essa forma de construção por “doação de políticos”. Os cultos acontecem num velho barraco de palha, que já serviu de residência para uma família de assentados no início do assentamento. Os membros acreditam que de acordo com o desenvolvimento, inclusive material deles, e a contribuição da Igreja, no futuro também terão o seu templo.

Embora a maioria dos pesquisados tenha indicado que são evangélicos (54,5%) e católicos (36,5%) observamos que no cotidiano da religiosidade no assentamento isso é muito relativo, pois há um livre trânsito de uma denominação para outra, particularmente no caso daqueles que se denominam membros da Igreja Católica que, como os mais religiosos dizem: “nós temos um templo, mas vivemos sem assistência, o Padre quase não aparece”.

A Igreja Católica no Estado do Tocantins, por vícios do passado e em razão do pequeno número de Padres para atender as diversas comunidades, reproduz um “modelo de Igreja”, no qual, todos os ritos que compreendem a manifestação da vida religiosa são centrados na figura do padre. Essa prática desvaloriza as manifestações religiosas do povo simples e, no caso do Assentamento, os mais velhos dizem que viveram isso na sua infância, quando os padres faziam as chamadas desobrigas, viagens para os

---

<sup>11</sup> Prefeito eleito pelo Partido do PFL e exerceu seu mandato no período de 1997 – 2000.

sertões a fim de levar os serviços religiosos para os moradores da zona rural, uma vez ao ano. No caso deles, a assistência é feita pelo pároco da Capital, Palmas, uma vez por mês, “mas ele quase não vem aqui”, afirmam os moradores.

Também observamos o funcionamento diário dos templos evangélicos e foi normal, durante as conversas, a afirmação de que “eu sou católico, mas participo de tudo que os crentes fazem”. As Igrejas evangélicas realizam intensas atividades religiosas, típicas de cada denominação, no Assentamento. Cultos todos os dias, as campanhas de oração, as visitas familiares para o convencimento dos ‘não-crentes’ e mutirões para a realização de trabalhos necessários nos templos.

Outro aspecto importante é a influência que os pastores exercem sobre a vida dos fiéis de cada Igreja. Os pastores são assentados e isso facilita a ação religiosa e as orientações no rumo da vida no assentamento, da gestão da associação, da escola etc. Há assentados que se referem a estas questões dizendo inclusive que “esses homem aí volta e meia atrapaia muito a nossa vida. Eles têm um jeito de resolver as coisas que já podia ter mudado”.

Esse “jeito de resolver as coisas” citado na fala dos assentados, é uma referência a uma maneira que certas pessoas usam, quando se colocam na condição de liderança num determinado espaço, para conseguir benefícios de políticos e órgãos públicos, como se estivessem pedindo favor e em troca comprometem a comunidade dando apoio ao doador daquilo que é um direito do assentado. Alguns assentados argumentam que teve pastor que agia assim e “isso atrapaia o trabalho da associação que nós queria que agisse de outro modo, mesmo que conseguisse menos coisas”.



**Figura 4:** Assentamento Irmã Adelaide: Templo da Igreja Católica.  
Fonte: Foto do Autor, 2002.



**Figura 5:** Assentamento Irmã Adelaide: Templo da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com barracão de palha ao lado, usado para realizar reuniões dos assentados.  
Fonte: Foto do autor, 2002.

### 3.2. O Assentamento e sua infra-estrutura

Cada família assentada, independente do número de pessoas, tem o lote do mesmo tamanho, com exceção de uma família que já residia e trabalhava na fazenda, antes da formação do assentamento. A área do lote de cada família é de 25 hectares, incluindo o lote onde está construída a casa em que residem na agrovila.

A divisão interna do assentamento em parcelas obedeceu a princípios normalizadores do Incra acerca desse assunto, associado com ações dos assentados, conforme definido no documento Política de Assentamento (Brasil, 1987, p. 10):

Ao mesmo tempo são realizadas algumas atividades que configuram a ocupação efetiva do terreno, tais como demarcação de perímetro, levantamento de cercas, a abertura de caminhos, provisão de água e saneamento, assim como inicia-se a implantação de subsistência para o proveito do grupo assentado.

A área de reserva ambiental é comum. De um modo geral, há reclamações sobre a qualidade da terra. Embora predomine o cerrado, há de acordo com os assentados, faixas de terra boa para a agricultura.

O período de sorteio dos lotes foi de muito conflito, pois todos tinham razões para optar pelo local onde haviam começado a trabalhar, quando se iniciou a ocupação da fazenda (quando plantaram as primeiras roças), iniciando o plantio de frutas típicas da região.

Assim, os 25 hectares de cada família estão divididos em três áreas: cada família tem um lote individual de 800 m<sup>2</sup> na agrovila onde tem sua casa e reside; aproximadamente dois hectares numa área que eles chamam de comunitária, que foi o local onde plantaram as primeiras roças, trabalhando, conforme os relatos, de forma mais coletiva e onde se iniciou o processo de reconstrução da vida camponesa na terra.

Percebi que ainda hoje eles se referem a esta área e àquele período de uma forma diferente. Para alguns, foi o início de tudo; para outros foi um momento de fartura e de união que dizem não existir mais. E a terceira área, é o lote propriamente dito, que eles chamam de lote, parcela ou chácara que foi sorteado para cada família. Alguns tiveram a sorte de ter sua parcela localizada junto ao lote da agrovila.

Todas as famílias têm uma casa de tijolo, telha plan, dois quartos, banheiro e luz elétrica. Esta casa foi construída com recursos do Inca (Crédito Habitação) e a mão de obra dos próprios assentados. Até o fechamento dos dados já havia sido construído um poço artesiano e instalada a caixa d'água, mas estava em negociação com o Inca e a Prefeitura Municipal de Miracema a implantação da rede de água. Estavam em discussão duas propostas: entregar o serviço de abastecimento de água do assentamento para a empresa Saneatins<sup>12</sup>, o que os assentados não queriam, pois esta iria cobrar pela água; e a outra proposta, era a Prefeitura de Miracema fazer a rede de distribuição utilizando os assentados como mão de obra e, em seguida, os próprios assentados se responsabilizariam pela administração do sistema.

Na última visita que fiz, considerando a demora para a solução do problema, eles já discutiam uma outra alternativa: cada família assentada disponibilizava trinta reais para a compra do material básico necessário e os assentados faziam o serviço e todos teriam água, inclusive a escola. Todos os moradores usam água de poço, bem como a escola.

Encontrei-me com um assentado que fazia suas compras na cidade de Miracema (em novembro de 2002) e perguntei como estava o caso da água. O trabalhador explicou que aconteceu uma reunião com a Saneatins, a Associação do Assentamento e um Vereador e foi acertado que o serviço de

---

<sup>12</sup> Saneatins é a Empresa estatal responsável pela prestação dos serviços de saneamento no Estado.

distribuição de água seria feito, pela Saneatins utilizando mão de obra dos assentados, ficando sob a responsabilidade da empresa e os assentados seriam dispensados de pagar pela água consumida durante dois anos. De fato o serviço já está feito e funcionando (Veja figuras 6 e 7).



**Figura 6:** Assentamento Irmã Adelaide: Reunião que definiu a construção da Rede de Água pela Saneatins.  
Fonte: Ruraltins, 2002.



**Figura 7:** Assentamento Irmã Adelaide: Reservatório de água do poço artesiano.  
Fonte: Foto do autor, 2002.

No Assentamento existe, uma escola pública de ensino fundamental, mas não foi sempre assim. No início, em 1997, não existia escola no assentamento e os filhos dos assentados iam estudar em uma escola que fica a trinta km de distância, num povoado na margem esquerda do Rio Tocantins, chamado Porto da Balsa, a 05 km de Palmas. Os poucos alunos que conseguiam ir, passavam muitas dificuldades e, segundo eles dizem, “por

muitas humilhações”, pois eram tratados na escola “como invasores de terras”.

Esses fatos fizeram com que os assentados construíssem três salas de aula com estrutura de madeira e telha onde funcionou provisoriamente a escola do assentamento.

Esta solução era passageira e logo perceberam que não era possível que as crianças ficassem sem “escola de verdade”. Começou um processo de pressão sobre a Prefeitura de Miracema e foi construída a Escola Municipal Vale do Tocantins, com boa estrutura física: cinco salas de aula, dois banheiros, uma sala onde funciona toda a parte administrativa da escola, inclusive a biblioteca e sala de professores e uma cantina. A antiga escola, ainda é aproveitada, como anexo da atual, pois o número de alunos cresce pela procura dos filhos de trabalhadores rurais do entorno do Assentamento, que antes não tinham essa opção.

### **3.3 Principais problemas**

As lutas pela terra, de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais, têm construído, neste país, assentamentos que estão propiciando novas estruturas produtivas no campo, principalmente aquela fundada no trabalho familiar.

Um assentamento é um espaço complexo e alguns problemas foram apresentados como mais comuns nas falas dos assentados: as fofocas, confusão entre vizinhos, falta de participação na associação, a existência de bares com bebidas alcoólicas, a má administração da associação, a politicagem, a desonestidade na administração da associação.

Percebi que, embora os assentados citassem todos esses problemas, não têm clareza das causas dos mesmos, e que parte dos problemas citados estão situados num tempo mais atual e que aquele período inicial, considerado de muita união, trabalho, produção, eles preferem tê-lo na memória como um tempo bom.

Embora tenham citado problemas de ordem mais individual, do comportamento de certas pessoas no assentamento, não deixaram de apontar os problemas que consideram os mais graves na visão da maioria dos entrevistados: a ausência de posto de saúde, de posto policial, transporte regular para as cidades próximas, inclusive para levar a produção para comercializar, a desonestidade na administração da associação, as fofocas com a prefeitura, a falta de telefone público, as fraudes com o dinheiro do Pronaf<sup>13</sup> e, com muito ressentimento, citam como problema, o fato de pessoas más que cometem crimes, principalmente em Palmas e, por causa de familiares, vêm se esconder no assentamento criando uma imagem que não combina com a realidade do assentamento, “apesar de a gente não ser santo”, afirmam.

Desses problemas apontados, observei que alguns são geradores de muitas discórdias no Assentamento conforme identificação deles, como: má administração da associação e as fraudes em relação ao uso dos recursos do Pronaf.

Em 2001, eles tiveram uma luta muito grande, inclusive com a ocupação do Incra em Palmas, para conseguir a liberação dos recursos do Pronaf para todos os assentados. Foram liberados quase 750 mil reais a 95 famílias que tiveram acesso a esse crédito.

O problema é que a elaboração dos projetos ficou a cargo do Ruraltins, órgão do governo estadual responsável pela assistência técnica e

---

<sup>13</sup> Pronaf é o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

que fez convênio com o Incra para atender aos beneficiados da reforma agrária no Estado, e no caso, o Assentamento Irmã Adelaide. O processo de elaboração dos projetos revelou o lado maléfico de uma assistência que é feita em profundo desacordo com o modo de vida e de trabalhar a terra dos assentados.

Os projetos foram elaborados sem ouvir o desejo e o saber do assentado. Fez-se de conta que ouviu.

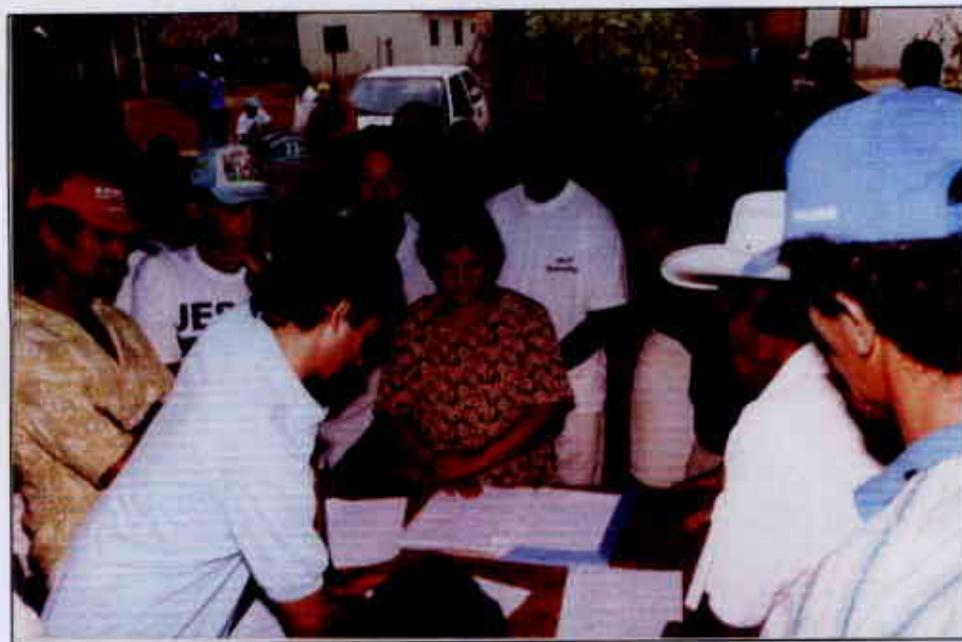
Por exemplo, um determinado assentado disse que queria plantar mandioca, banana e cercar parte do lote. O técnico que elaborou o projeto mudou completamente a vontade do assentado e disse que ele devia plantar abacaxi e arroz.

O processo de elaboração dos projetos para o financiamento do Pronaf foi tão complexo, que um dos assentados que tem seu lote ligado ao lago formado no Córrego Santa Luzia, com a construção da Usina UHE-Lajeado no Rio Tocantins e que inundou 96 alqueires da melhor terra do Assentamento e que até agora não foi indenizado e, no entanto, o técnico que elaborou o projeto foi capaz de fazer constar, para esse assentado, a construção de um açude no lote (veja figura 8).

A responsabilidade pela assistência técnica aos assentados é do escritório do Ruraltins da cidade de Miracema. As famílias já possuem uma relação de amizade com os técnicos, no entanto, a elaboração dos projetos do Pronaf ficou sob a responsabilidade de um técnico do escritório da cidade de Miranorte – TO. Os trabalhadores não entenderam porquê, durante a elaboração dos projetos, os técnicos de Miracema estavam ausentes.

Acompanhei a angústia desses assentados depois que os recursos do pronaf foram liberados. Durante as conversas, um assentado, sexagenário, dizia em tom de brincadeira, mas com um conteúdo de denúncia e de

sabedoria: “agora moço, eu nesta idade, depois de trabalhar tanto com roça, vou ter que aprender a plantar espinho”.



**Figura 8:** Assentamento Irmã Adelaide: Reunião com o Ruraltins para a elaboração dos projetos – Pronaf.  
Fonte: Foto do Ruraltins, 2002.

O “aprender a plantar espinho”<sup>14</sup>, é uma referência de um trabalhador rural assentado que possui uma história de relação com a terra, que conhece todo o processo de “produzir comida para a família” e que em função da assistência técnica prestada aos assentados, vê-se obrigado a cultivar abacaxi (daí a idéia de espinho).

Na minha compreensão, esse trabalhador sabe que o espinho não é somente aquele das folhas da planta, mas principalmente a situação de ter que enfrentar o trabalho com a terra, mediada por um produto do qual ele não conhece o manuseio e que exigirá a busca do aprendizado, como tive a oportunidade de verificar durante minhas visitas ao assentamento.

---

<sup>14</sup> Devo ao Professor Jadir de Moraes Pessoa a idéia de que fizesse esta questão aparecer no título deste trabalho, obrigado.

Os problemas mencionados acima (as fraudes do Pronaf e a má administração da associação) estão ligados a esta situação. Existe, ainda, o agravante do qual os assentados reclamam todo o tempo: é que o dinheiro não chegou às mãos deles, pois a Associação, através do Presidente, intermediou todos os negócios (desmatamentos, compra de mudas de abacaxi, compra de vaca, bezerro) e, segundo todos os assentados com quem consegui conversar, os recursos desapareceram e alguns ficaram somente com a dívida para pagar. É o caso do assentado para quem o recurso foi liberado para o plantio de abacaxi, as mudas nunca apareceram para o plantio e ele ficou só com a dívida.

Os recursos do Pronaf eram esperados como uma grande oportunidade para a geração de mais renda, incremento na produção de alimentos no assentamento, mas se revelou um grande problema para todos.

Desde as primeiras visitas que fiz ao Assentamento chamou atenção a variedade de alimentos ali produzidos. Em levantamento parcial realizado no início do ano de 2000 identifiquei a produção, nos lotes, dos seguintes produtos: Arroz (em 81 lotes); milho (em 68 lotes); mandioca (em 66 lotes); feijão (em 29 lotes); banana (em 08 lotes); cana (em 08 lotes); melancia (em 07 lotes); Coco (em 06 lotes); abóbora (em 04 lotes); fava (em 01 lote); e, encontramos um lote, no qual o parceleiro manteve o pasto da antiga fazenda e em três lotes havia criação de gado.

Com a liberação dos recursos do Pronaf em 2001, havia a expectativa de que aumentaria a produção desses produtos tradicionais na produção de famílias camponesas. Dos 95 projetos de financiamentos, 12 têm como titular do lote mulheres e verificando os projetos identifiquei as seguintes culturas financiadas e o tamanho das áreas por principais produtos, conforme a tabela 1 a seguir:

**Tabela 1: Principais culturas financiadas com recursos do Pronaf.**

| Principais Culturas Financiadas | Hectares     |
|---------------------------------|--------------|
| Mandioca                        | 95,1         |
| Banana                          | 24,7         |
| Milho                           | 21,0         |
| Abacaxi                         | 20,0         |
| Arroz                           | 17,0         |
| <b>Total</b>                    | <b>177,8</b> |

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (Abril/02).

A tabela acima demonstra que aquelas famílias assentadas estão buscando reconstituir suas vidas fazendo o que é preciso, o que sabem e o que estão aprendendo. Observamos que a maior área de solicitação de financiamento é para o plantio de um produto, tradicional e típico para o sustento das famílias, que é a mandioca.

Chama atenção a reduzida área contemplada no financiamento para o plantio do arroz, produto essencial na dieta alimentar dessas famílias, juntamente com outros.

As opções de produtos a serem financiados, portanto, passíveis de serem cultivados pelos assentados, passam pelas orientações da assistência técnica e, neste caso, é importante compreender que os três produtos citados (a banana, o milho e o abacaxi), representam também o desejo dessas famílias em produzir para gerar renda comercializando os produtos produzidos, embora isso não tenha se concretizado e, pelo contrário, no caso do abacaxi, tenha criado muitos problemas.

Observamos também que as famílias buscaram, através dos recursos do Pronaf, adquirir animais. Foram adquiridas 270 matrizes, 22

reprodutores, totalizando 292 animais. Durante as últimas visitas ao assentamento, alguns assentados já diziam: “o leitinho das crianças tá garantido, coisa que nunca pude fazer”.

Em coerência com os problemas citados os assentados indicaram o que é preciso para melhorar a vida no assentamento: mais união entre eles, mais participação conjunta para resolver os problemas, eleger gente honesta para assumir a associação, mais crédito com projetos que expressem a vontade e vocação deles, a instalação de mais serviços públicos, como posto de saúde, telefone, a implantação do ensino médio na escola ou o transporte dos alunos para a cidade mais próxima.

Conversando com algumas famílias percebemos a aflição das mesmas, pois ao mesmo tempo em que sentiam uma esperança muito grande em mudar de vida, em função da conquista da terra, manifestava medo de isolar os filhos numa condição de atraso por falta de acesso ao ensino médio e superior.

Dos problemas relacionados à produção, é importante situar aqueles oriundos, na compreensão do assentados, “de fora pra dentro”, ou seja, aqueles que, na visão dos mesmos, não são gerados somente pela ação do assentado. Dentre esses problemas, foram mencionados aqueles causados pela assistência técnica, principalmente em função da experiência do Pronaf. No entanto, os próprios assentados também apontam a desorganização deles mesmos como componente que contribuiu para o insucesso da aplicação dos recursos disponibilizados.

Várias vezes, nas conversas que tive com as famílias em suas casas ou, em alguns casos, na roça, percebi que as razões encontradas para se sentirem culpados pelo insucesso na produção com o financiamento do Pronaf, são semelhantes aos argumentos utilizados pelos técnicos responsáveis pela assistência técnica: “são desunidos; pensam que sabem, mas

na hora da prática não dão conta; e, foram muito ingênuos, confiando em quem não deviam confiar”.

Outro aspecto que foi mencionado como desejável foi mais apoio do Incra e de outras entidades que os ajudem a se capacitarem para conduzir a complexidade da vida em um assentamento, neste caso, principalmente no sentido de enfrentar os desdobramentos da ação de produzir e comercializar.

Mesmo considerando que esses trabalhadores assentados vivem uma realidade caracterizada como uma “economia do excedente”, marcada por uma dedicação ao trabalho para a subsistência e secundariamente para a troca de produtos (Martins, 1975), observei que os próprios assentados buscam sua inclusão na economia de mercado.

### **3.4 Entidades de apoio**

A luta pela terra no assentamento Irmã Adelaide só foi possível dado o nível de consciência dos trabalhadores explorados. Não se trata de uma organização espontânea e sim de uma luta árdua de todas as famílias no sentido de aproveitar as experiências da história de vida de cada um e construir a resistência. É verdade que algumas entidades contribuíram e apoiaram a luta pela terra.

Na fase inicial da organização em Palmas, até o momento da ocupação da fazenda, os trabalhadores estavam irmanados em torno de um único objetivo, a conquista da terra e não há registro de participação de entidades constituídas, com exceção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrolândia.

Passada a fase de ocupação, quando solicitei aos trabalhadores que apontassem quem os apoiou na luta pela conquista da terra, as seguintes entidades de apoio foram citadas pelos assentados: o Incra, a Prefeitura

Municipal de Miracema, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Miracema, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barrolandia, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins e citam também políticos, governo do estado e o Ruraltins, órgão que presta assistência técnica aos assentados.

Mas o que os assentados mais gostavam de falar, quando questionados sobre quem contribuiu com a luta deles, era que “isso aqui é uma obra nossa” e, quase sempre citavam pessoas companheiras deles do próprio assentamento e que eram vistas como alguém que se destacou. Uma dessas pessoas citadas é Joel, primeiro presidente da associação, que lutou muito, mas que faleceu antes de ver o “assentamento organizado”.

Dentre as distintas experiências de luta pela terra, já vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras, que buscaram a terra que permitiu a formação do assentamento Irmã Adelaide, estava presente a prática da associação, como tipo de organização com a qual identificavam-se, pois é um organismo que busca o interesse geral de todos os trabalhadores que é conquistar melhores condições de vida.

Percebemos que já era entendimento das famílias de que uma associação é um organismo que busca a conquista de direitos negados e que o seu funcionamento deve permitir isso. As contradições das práticas da associação criada no assentamento não permitiram que ela funcionasse com este pressuposto. Muito pelo contrário, as ações foram pontuais, sempre dirigidas por pessoas que supunham ser líderes, sobrecarregadas de tarefas do seu lote, como todos os outros e as da associação, rodeadas da desconfiança de todos e com muitas dificuldades de locomoção para as necessárias reivindicações de interesse comum.

### 3.5. Produção e seus impasses

A sociedade brasileira tem discutido a necessidade da reforma agrária. Os assentamentos rurais, enquanto modelos implantados pelo Estado, através do Incra, têm demonstrado que a reforma agrária não se restringe em assentar os trabalhadores em um pedaço de terra; é fundamental oferecer-lhes todas as condições necessárias ao trabalho, inclusive que o trabalhador, a partir da reconstrução de sua vida na terra, contribua para a produção de um modo sustentável de trabalho na região onde se encontra, de acordo com o pensamento de Ellen F. Woortmann (1997, p.14):

(...) Produzir é combinar, segundo certas regras, técnicas, recursos, equipamentos e homens para obter um produto utilizável socialmente (...). As matérias-primas dependem do estágio tecnológico do equipamento e do know-how que as torna exploráveis. Reciprocamente, o instrumental e o know-how exprimem a adaptação a um certo tipo de recursos exploráveis. Não há, portanto, recursos em si, mas possibilidades de recursos oferecidos pela natureza no quadro de uma dada sociedade. Toda a exploração de recursos supõe, portanto, um certo conhecimento das propriedades dos objetos e de suas relações essenciais em certas condições.

A produção agropecuária em áreas de assentamentos rurais, como na produção camponesa de modo geral, tem como objetivo principal o consumo familiar (Oliveira, 1991). No caso da produção agrícola, é comum a família possuir um produto específico, do qual usa somente o excedente para o comércio.

Neste caso, é comum que as famílias dediquem-se a esse tipo de cultura como forma de obter recursos necessários para a aquisição de outros produtos necessários e que não são produzidos. Os demais produtos cultivados são destinados ao consumo familiar, e só serão destinados ao comércio se houver excedente.

Estas características típicas da produção camponesa foram registradas no Assentamento Irmã Adelaide, pois observei que ali os produtos

comerciais que se destacam são: o arroz, o milho, a banana, a mandioca e o feijão, este último em menor escala. Identificamos também que as famílias assentadas não possuem um produto específico, que é produzido para o comércio, e que pelo contrário comercializam o excedente do que é produzido e destinado ao consumo (veja figura 9).



**Figura 9:** Assentamento Irmã Adelaide: Produtor em sua cultura de arroz.  
Fonte: Foto do autor, 2002.

Trata-se, neste caso, da “economia do excedente”, na acepção de Martins (1975, p. 12):

O excedente não o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes que foram utilizados na subsistência (...). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares.

Nossa presença no assentamento permitiu verificar uma boa utilização da terra. Em todos os lotes há utilização de áreas para cultivos diversos. As famílias pesquisadas cultivam, em média, quatro hectares com os

diversos produtos. Predomina, no entanto, o cultivo dos produtos mais utilizados na alimentação e que reproduzem a vida do camponês tradicional, que muitos deles tiveram no passado. Todos os 33 titulares de lotes pesquisados disseram ser filhos de agricultor.

Quanto aos produtos cultivados, os principais no ano de 2000 foram: arroz, feijão, milho, mandioca, cana, banana, melancia, abóbora, coco, fava, mamão, quiabo, batata doce e outros, já mencionados no item anterior.

De acordo com o I Censo da Reforma Agrária, em nível nacional os principais produtos cultivados nos assentamentos são: “O milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o feijão de corda, a farinha de mandioca, o café, a cana-de-açúcar (Convênio INCRA/CRUB/UnB, 1997)”.

Todos os entrevistados disseram possuir algum tipo de criação; em maior quantidade é citada a criação de: galinha, pato, angola, gado, cavalo e porco. Esses animais são criados basicamente para o consumo e esporadicamente são comercializados para a complementação da renda familiar.

Para efetivarem essa produção, em geral, os assentados trabalham sós com os membros da família, geralmente o casal ou o pai/mãe com alguns filhos e em algumas fases do ciclo produtivo, como o preparo da terra, a limpeza da roça e colheita, utiliza-se da troca de dias, pois afirmam “que mutirão não dá certo”, ou esporadicamente pagam alguma diária. “E a meninada ainda não dá conta”.

São raros os casos de famílias que contam com a ajuda de algum trabalhador não residente em casa. Na maior parte dos casos, essas ajudas são de parentes ou daqueles mais próximos residentes no próprio assentamento. Essa ajuda, faz parte da solidariedade camponesa, em determinados períodos do trabalho, mas quando há a necessidade de pagamento, geralmente é feito utilizando o próprio produto e esporadicamente em dinheiro (Oliveira, 1991).

As famílias assentadas recomeçaram uma rotina de trabalho com a terra que havia sido interrompida. Alguns trabalhadores afirmaram que, mesmo tendo passado um longo tempo sem a liberdade de “tocar minha rocinha do jeito que sei”, há uma maneira de trabalhar a terra que eles aprenderam com seus antepassados que agora “precisamos fazer isso de novo, até pra ensinar pros mais novo”, explicam alguns.

Esta é uma referência específica a uma espécie de etapas do trabalho com a terra, típicas dessa região<sup>15</sup> e das experiências das famílias assentadas. São as etapas do preparo da terra para o plantio descrito por alguns trabalhadores, nesta seqüência: a escolha da área, a broca, a derruba, a queima, a coivara, o plantio, a limpa e a colheita.

Woortmann (1997), analisando “a lógica e a simbólica” do processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos de Sergipe, identifica e descreve esta mesma rotina que vimos e ouvimos dos trabalhadores do Assentamento Irmã Adelaide.

Solicitamos a alguns trabalhadores que descrevessem o processo de escolha de uma área para o plantio e, que em seguida, explicassem como procedem para preparar essa terra.

As explicações e descrições confirmam a rotina citada acima, pois os termos mais utilizados pelos trabalhadores foram: “*conhecer o terreno; escolher o tempo certo; começar a labuta de derrubar, brocar, queimar, encoivara, limpar, plantar, colher e comer*”. Perguntei a um trabalhador se esse processo se repetia da mesma forma para a roça mecanizada, o mesmo respondeu dizendo: *não é a mesma coisa não. Tudo fica estranho, desde o começo e, pra lhe falar a verdade, trator é coisa de graúdo e a roça não é a mesma, pode até render mais (...)*”.

---

<sup>15</sup> O mesmo processo no trato com a terra foi identificado por NUNES (1997), ao analisar a ocupação do espaço agrário na região do córrego Landi, no Município de Miracema nos últimos trinta anos.

Os termos utilizados demonstram que esses trabalhadores conhecem a rotina tradicional de trabalhar a terra e que estão sendo capazes, depois de anos distantes desta realidade, de reconstruírem suas vidas com base em práticas que são dinâmicas e que estão reaprendendo outras, pois a questão da roça mecanizada é uma realidade entre eles.

Para a realização do trabalho no lote, os instrumentos de trabalho mais utilizados são: enxada, foice, machado, facão, carrinho de mão, enxadão e outros. Não há trator de uso comum, apesar de que no início do assentamento, todos as famílias contribuíram para a aquisição de um, mas “é imprestável”, como dizem. Quem tem condições, paga o serviço de preparo da terra com o trator. A associação tem conseguido com o governo do Estado e com a Prefeitura de Miracema, adubo e ajuda no preparo do solo.

Observei que no assentamento é praticada uma agricultura de baixa tecnologia. Além disso, os instrumentos de trabalho citados são de uso familiar e não há o hábito do uso comum dos mesmos, com exceção da situação, na qual uma família não possui um determinado instrumento e busca no vizinho, realizando o trabalho necessário. Esta é uma das formas de manifestação da prática da solidariedade, comum no assentamento.

É possível afirmar que, de modo geral, na área do assentamento ainda não se fazem presentes as técnicas e tecnologias modernas no processo produtivo. A adubação química praticamente não existe; a correção do solo também é pouco praticada; ou seja, ainda predomina a tradicional técnica da derrubada/queima/plantio, apesar do uso da mecanização.

A maioria dos trabalhadores declarou usar algum tipo de defensivo agrícola em suas culturas, boa parte sem a orientação técnica apropriada e aplicada pelo próprio trabalhador e sem os equipamentos de segurança.

Mesmo com uma agricultura de baixa tecnologia, alguns assentados já se dedicam a pelo menos uma cultura para a comercialização, mas o

processo ainda não deslanchou no assentamento e é feito, sempre, individualmente.

Quase sempre é a venda de milho verde, feijão, melancia, mandioca (e seus derivados), banana e abóbora nas feiras livres da cidade de Palmas. Há um assentado, que era o vaqueiro da fazenda antes da ocupação, que produz leite e queijo e vende no próprio assentamento e afirma que sua vida “hoje é muito melhor do que antes”.

Algumas famílias, durante o período que ficaram morando em cidades, acumularam experiências de outras atividades na luta pela subsistência. Encontramos alguns trabalhadores e trabalhadoras que foram vendedores de vários tipos de produtos em feiras e, isso lhes permite mais desenvoltura para a venda dos seus produtos. Para complementar a renda familiar existe assentado que tem uma banca para a venda de confecção ao lado da casa.

De um modo geral, a produção é para a subsistência e 30% dos pesquisados gostariam de comercializar seus produtos, mas argumentam que falta apoio. Na verdade, nas rodas de conversas, nos finais de tarde, quando estão voltando da labuta, sempre se reúnem para conversar, uma espécie de avaliação do dia e da vida ali no assentamento e, várias vezes, foi possível ouvir que o principal problema deles é a comercialização.

Há um processo incipiente de comercialização de produtos cultivados no assentamento. Essa comercialização acontece de duas formas: no assentamento, com a venda dos produtos pelos assentados a outros assentados que ainda não fizeram sua colheita ou não plantaram esse tipo de produto (é o caso do feijão), ou aos atravessadores que se dirigem ao assentamento e negociam com os assentados a compra dos produtos, quase sempre com preços muito abaixo daquele proposto pelo produtor.

A segunda forma de comercialização é aquela, na qual o assentado procura as cidades mais próximas, geralmente Palmas e Barrolândia, e ele mesmo vende seus produtos nas feiras livres ou de porta em porta. Quando não consegue vender nas feiras, afirmam que o “jeito é cair mesmo nas mãos do atravessador que compra até fiado”.

Poucos assentados conseguem vender seus produtos nas cidades. Todos afirmam que a renda oriunda da venda dos produtos é pequena, “mas ajuda nas economias e na hora do aperto”. Alguns fatores, apontados por eles, contribuem para dificultar a comercialização: a ausência de meios de transportes disponíveis e com regularidade, principalmente para a Capital, Palmas; as péssimas condições das estradas que dão acesso às cidades; a conquista de espaço adequado, na cidade, para a venda dos produtos; a falta de recursos para investir na produção; a regularidade e a qualidade dos produtos; a falta de uma assistência técnica adequada que também ajude na comercialização; o problema da definição de preços e, como eles próprios diziam: “*comercializar é uma complicação danada, produzir é mais fácil*”.

Conforme identifiquei existe uma produção com geração de excedente no assentamento. O grande desafio colocado para as famílias assentadas é viabilizar a comercialização dessa produção. O que observamos durante o período de nossa estada no assentamento, é que há uma vontade muito grande das famílias em ter um processo de comercialização regular dos seus produtos, no entanto essa vontade contrasta com sua falta de conhecimento e experiência em relação aos mecanismos de mercado e agentes envolvidos, e ainda, com o tipo de assistência técnica que recebem, o que os força a continuar cultivando seus produtos de forma rudimentar.

Os problemas acima citados demonstram que os trabalhadores assentados sabem o que está impedindo que eles tenham uma vida melhor,

enquanto trabalhadores e trabalhadoras rurais participantes da reforma agrária proposta pelo governo.

Apesar da existência da produção e do desejo de comercializá-la, os assentados não avançaram na discussão de solução para esses problemas. A associação, enquanto organismo criado por eles, para trabalhar em benefício deles, não tem conseguido criar alternativas de organização do assentamento no tocante à produção e à comercialização.

Todos os assentados deram parte do recurso do fomento e do crédito alimentação, que receberam no início do assentamento, para a aquisição de um caminhão, pela associação, para uso comum de todas as famílias; no entanto, atualmente todos reclamam que este veículo se acabou, ninguém prestou contas e eles se encontram obrigados a pagar transporte para levar seus produtos para comercializar nas cidades. O fato é que não observei determinação dos assentados, para buscarem saídas coletivas para esse problema e a associação, como alguns dizem “não serve pra nada”.

A associação é vista por muitos assentados apenas como veículo, através do qual podem conseguir empréstimos/financiamentos oriundos dos projetos para áreas de assentamentos incentivados pelo Incra, principalmente os recursos do Pronaf. Quando, em rodada de conversas informais com trabalhadores retornando do trabalho na roça no fim da tarde, questionei sobre como a Associação poderia contribuir para resolver os problemas enfrentados pela produção e pela comercialização, as respostas indicavam que, os assentados, não se reconheciam como parte da Associação. Embora afirmassem que havia participação nas reuniões, as falas dirigiam as responsabilidades para a pessoa do Presidente, para o governo, para o Incra, para a Prefeitura. Um assentado manifestou a idéia de que esse problema não foi inventado por eles (assentados do P. A. Irmã Adelaide), mas disse: “bem que a Associação podia correr atrás de um meio de transportar de forma

coletiva as mercadorias até a cidade e lá cada um comercializava do jeito que quisesse”.

A constituição do assentamento não resolve todos os problemas daquelas famílias. Ele é um primeiro passo, que supõe uma longa caminhada, particularmente no sentido de dotá-lo dos serviços coletivos mínimos, necessários para a vida no assentamento.

No caso do Assentamento estudado não há posto de saúde. Há dois agentes comunitários para atender os assentados e não assentados de fazendas do seu entorno, inclusive os dois Agentes são assentados. Esporadicamente há a visita de médicos que fazem o atendimento, de assentados e não assentados, utilizando o espaço físico da escola.

O relatório mensal de cadastro das famílias (abril de 2002), feito pelos agentes comunitários de saúde, identifica algumas doenças encontradas no assentamento: diabetes (3 pessoas), epilepsia (8 pessoas), hipertensão arterial (13 pessoas), malária (27 pessoas) e alcoolismo (3 pessoas). Todos esses casos são com pessoas na faixa etária acima de 15 anos.

Pudemos observar que muitas famílias, para alguns problemas de saúde, buscam as rezadeiras ou as plantas medicinais, conforme o aprendizado da tradição de cada família. Outra saída, quase sempre, é recorrer aos proprietários de velhos veículos, para levar o doente até Palmas, a cerca de 35 quilômetros de estrada de chão que, no período das chuvas fica quase intransitável e ainda é preciso fazer a travessia do Rio Tocantins em uma balsa<sup>16</sup>.

Verificamos que todas as casas visitadas, e não somente as (33) pesquisadas, possuem banheiro, mas a maioria mantém também uma privada (no fundo do lote); há também muito lixo espalhado pela agrovila, principalmente plásticos.

---

<sup>16</sup> A Ponte sobre o Rio Tocantins, ligando Palmas a Paraíso - TO, facilitou a vida dos assentados.

O relatório de cadastro das famílias, já citado, diz que 61 das 131 famílias cadastradas depositam o seu lixo a céu aberto.

Nas 33 famílias pesquisadas identifiquei 24,2% de analfabetos; 57,5% afirmam ter estudado até a 4ª série do ensino fundamental; três afirmam ter concluído o ensino fundamental; um que estudou até a 5ª série e dois que estudaram até a segunda série do ensino fundamental.

Verifiquei que esse percentual de 57,5% (19) assentados que afirmam ter estudado até a primeira fase do ensino fundamental, pode não representar a real situação educacional deles. Há sempre um certo desconforto em dizer que é analfabeto e vários deles afirmam que na verdade só sabem “desenhar o nome”.

Quanto ao ensino formal, existe no assentamento uma Escola Municipal com 5 salas de aula, 2 banheiros, uma cantina e uma sala onde funcionam a diretoria, a coordenação pedagógica, a secretaria, a biblioteca e sala dos professores.

No ano de 2002, na Escola Municipal Vale do Tocantins, foram matriculados 252 alunos, assim distribuídos: 155 do Pré-Escolar a 4ª série; 80 de 5ª a 8ª série e 17 alunos de EJA<sup>17</sup> (Educação de Jovens e Adultos). Há alunos matriculados na escola que são filhos de trabalhadores rurais residentes nas imediações do assentamento; os alunos de EJA formam uma turma de pessoas adultas residentes no assentamento e alguns que residem nas imediações.

A maioria dos professores reside em Miracema e têm formação inicial de nível médio, apenas dois são licenciados. A Prefeitura fornece o transporte e eles, todos os dias pela manhã, chegam ao assentamento para o

---

<sup>17</sup> Parte desses alunos de EJA tiveram sua primeira experiência de alfabetização com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA que, em 1999, teve uma turma de alfabetizando no Assentamento.

trabalho na escola. Os professores que residem no assentamento trabalham no período vespertino e noturno.

Notei uma preocupação muito grande, em todas as famílias sobre o futuro dos filhos na escola e pela educação que recebem. Algumas famílias vivem o dilema de serem conscientes de que a educação escolar que os filhos estão recebendo na escola do Assentamento é de baixa qualidade. Expressam isso quando afirmam: “acho que com esse estudozinho aqui esses minino num vão muito longe”. Ao mesmo tempo, argumentam que a escola “quer ensinar só com conversa”, e isso dificulta a educação dos filhos (veja figura 10).



**Figura 10:** Assentamento Irmã Adelaide: Vista da Escola Municipal Vale do Tocantins.  
Fonte: Fotos do autor, 2002.

Acompanhando reuniões dos técnicos que prestam assistência aos assentados, por várias vezes, ouvi o “lamento” de adultos se queixando de que voltaram pra roça e parece que agora necessitam mais de saber ler do que antes quando viviam na cidade. Alguns chegavam mesmo a afirmar: “num posso nem assinar um projeto que vai trazer beneficio pro meu lote”. Durante uma dessas reuniões, desabafou uma assentada: “tenho inveja de quem sabe

falar e enfrenta esses graúdo aí”. O conteúdo dessas falas revela o aprendizado que tiveram ao participar de uma luta vitoriosa por terra e trabalho na zona rural.

Os assentados e assentadas sabem o valor que têm a escola e a educação por ela praticada, até porque não a tiveram em suas vidas. Foi por isso que lutaram para que existisse uma escola no assentamento, no entanto, ainda não conseguiram construir condições para “ocupar a escola”, no sentido dado por Roseli Salete Caldart (2000, p. 139-141):

Ocupar a escola quer dizer, em um primeiro e básico sentido, produzir a consciência da necessidade de aprender, ou de saber mais do que já se sabe. (...) Na medida que não pensada para ser ocupada por um tipo de população como a dos *assentados*, a escola de modo geral não se encontra preparada para recebê-los e, muito menos, para atender, aquela demanda de estudo e formação que justificaram esta decisão de ocupa-la. Daí que esta ocupação implique também em um processo de transformação da escola, de modo a produzir nela uma proposta de educação que esteja em sintonia com os novos sujeitos (grifo meu).

No caso da escola e dos assentados sujeitos desse estudo, há um processo de ‘ocupação’ daquela escola em curso, pois a própria existência da escola no Assentamento, se deve a uma árdua luta dos assentados e, posteriormente à construção e funcionamento da mesma, conquistaram o direito de ter assentados como integrantes do quadro de professores ou funcionários administrativos na escola.

É lógico que há muito por fazer, principalmente no sentido de discutir a proposta pedagógica e o currículo de uma escola situada num assentamento de reforma agrária e, considerando a perspectiva de vida daquelas famílias no espaço rural, no qual vivem. Não percebi disposição, para esse tipo de discussão, na gestão atual da educação no município de Miracema, tampouco, no pessoal da escola existente no assentamento.

Mesmo existindo, na escola, professores que têm consciência de que não é possível um trabalho de qualidade, como dizem: “eu saio de casa

cinco horas da manhã e venho sacolejando nesse ônibus até aqui e depois trabalho até quase meio-dia, não há cristão que agüenta”. Por outro lado, é sabido o desencontro entre o saber da escola e o que efetivamente a vida no assentamento exige. Alguns jovens estudantes e filhos de assentados estão preocupados, pois ao concluir o ensino fundamental provavelmente não continuarão seus estudos.

Os pais afirmam não ser possível sair do assentamento e retornar para a cidade em busca de educação para os filhos. O poder público não está levando a sério essa questão e muitos filhos de assentados estão encerrando sua vida escolar ao terminar o ensino fundamental.

Não temos dúvidas de que a escola rural, e a do assentamento em estudo, para incorporar os conhecimentos gerados no local, depende também do nível de esclarecimento dos assentados, do acompanhamento dos mesmos sobre o trabalho da escola, do engajamento de professores nas atividades coletivas do assentamento, particularmente na produção, e do próprio projeto que os assentados podem ir construindo para a escola que é deles.

### **3.6 A organização do assentamento e os saberes (re)construídos**

O assentamento Irmã Adelaide está organizado na forma de uma agrovila. Nas conversas com os assentados alguns manifestam desacordo com essa forma de organizar o assentamento, preferiam que cada um tivesse seu “rancho no lote”. Outros, dizem que a idéia da agrovila, no começo era vista como uma imposição do Incra, no entanto, aos poucos eles mesmos se convenceram de que era melhor. Um assentado explica:

Esse lugar nosso aqui era para estar igual os outros aí (diz, se referindo a outros assentamentos da mesma época e que no julgamento deles estão em pior situação), sem nada, sem casa, sem luz, o povo correndo atrás de cesta básica, sem escola boa (Trabalhador Assentado do PA-Irmã Adelaide).

A fala desse assentado reflete hoje, a leitura e o conhecimento que articula na sua convivência no assentamento. Na verdade, a vida no assentamento exige do trabalhador e da trabalhadora rural o domínio de situações que são novas para sua relação com a terra. Precisa administrar seu trabalho, sua porção de terra, as relações com os outros. Pessoa (1999, p. 154), citando Ferrante (1994), diz referindo-se aos informantes do seu estudo,

(...) Tiveram dificuldades na passagem para a experiência de assentamento, muitas dificuldades que não podem ser confundidas com os atributos de incompetência. É que nunca tiveram oportunidade de tomar decisões e sempre trabalharam vigiados. Também as regras de financiamento, de crédito e a engrenagem mercantil lhes eram desconhecidas.

Observei, nas falas, uma grande valorização da união entre eles, sendo referida ao passado, mas desejada hoje. Ou seja, no período que exigia 'maior luta' para conquistar e permanecer na terra, esta união era mais forte. Posteriormente, numa fase de instalação da produção, a consciência de que já é dono do pedaço de terra e as novas exigências que enfrenta, tais como discutir o quê e como plantar, comercializar, a questão do trabalho individual e coletivo, o funcionamento da associação, a busca de crédito, os laços de união que se afrouxaram, gerando muitos conflitos internos e novas aprendizagens.

Todas essas questões fazem aparecer as divergências, os distintos modos de pensar e viver a vida no assentamento e as relações com outros organismos e pessoas, fazem aflorar conflitos, que não são resolvidos e vai "gerando desunião", como eles dizem.

Compreendemos que esses conflitos e divergências internas, entre os assentados, têm a ver com a experiência de ter que administrar a sua própria terra, como algo novo para eles, mas também, reflete a forma como pode ser instaurada a cultura da vida social no assentamento. Alguns trabalhadores se mostraram preocupados com a possibilidade de essa vir a ser uma característica da forma de viver construída por eles no assentamento.

Toda produção é organizada de forma individual, por família, embora haja muita conversa entre eles e, inclusive, experiências de ajuda aos outros através da troca de dias<sup>18</sup>, ou a compra de alguns produtos conjuntamente com o fito de negociar preço. Há, sempre, nas conversas acusações de que o “povo aqui é muito individualista”, mencionado por alguns que desejariam que no assentamento tivessem experiências de produção e comercialização coletiva.

Percebi que não há uma identificação dos assentados com a associação. Durante todo o período que estive no assentamento, ouvi muitas queixas dos assentados de que esta não traz nada para eles. Na verdade, o funcionamento da associação parece se alicerçar também nos ciclos vividos pelo assentamento em seu conjunto.

Eles conseguem identificar que a associação não esteve o tempo todo do mesmo jeito, pois em 1997 dizem que ela era de luta e conseguiu coisas importantes para o assentamento (um exemplo sempre citado é o da união, o maior volume de produção, num momento mais difícil, pois estavam entrando na terra). Por outro lado, parece predominar a concepção de que a associação (a diretoria), é que é responsável por colocar o fardo nas costas e resolver todos os problemas dos assentados.

---

<sup>18</sup> A troca de dia, segundo os assentados, é um sistema de trabalho onde um ou mais companheiros (a convite) vão trabalhar na roça do outro e depois se combina para que este faça o mesmo em relação aos outros. Normalmente essa prática ocorre nos períodos de maior aperto no trabalho: preparo da terra, limpeza da cultura e colheita.

O problema é que está em jogo a própria idéia de participação, quando se discute os problemas da associação. A estrutura da associação criada no assentamento reproduz um modelo de funcionamento desse tipo de organização que não permite ao trabalhador entendê-la como sua. Cria-se uma diretoria com presidente, secretário, tesoureiro; os assentados delegam todo o poder a esta diretoria, que concentra muitas informações e decisões e que pode encaminhar a associação para negociar benefícios próprios ou de grupos no interior do assentamento.

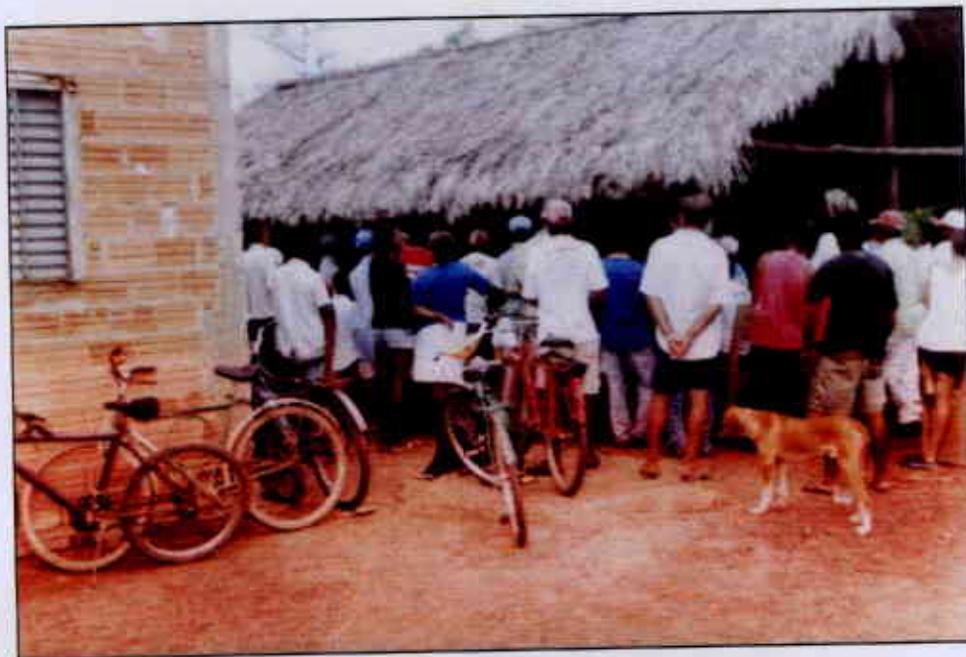
Um assentado, com visão mais crítica acerca dessa questão, e que conhece e conviveu com membros do MST, analisa que este “modelo não funciona num assentamento como o nosso”. Argumenta que era preciso investir na formação de todos que vivem no assentamento, “inclusive pensando nas atividades que uma associação poderia conduzir”; e cita a comercialização, a questão técnica do plantio e a criação de cooperativa como as principais questões a serem atacadas.

Durante o segundo semestre de 2001 e o primeiro semestre de 2002 aconteceram muitos problemas. Foi neste período que os assentados se organizaram para reivindicar os recursos do Pronaf. Afirmaram que foram necessárias várias reuniões e como as autoridades do Incra e do Banco “estavam só enrolando a gente” os assentados decidiram pela ocupação da sede do Incra, em Palmas. Saíram de madrugada do assentamento com um caminhão cheio de gente, principalmente mulheres e crianças e enfrentaram as negociações com o Incra.

Os assentados analisam que esta foi mais uma ação organizada e com sucesso “porque estava em jogo a sobrevivência depois da conquista da terra”, pois foi somente a partir desta ação que os recursos do Pronaf foram liberados. Em seguida, dizem “que foi pena tanto esforço para conseguir esse dinheiro e os técnicos fazer uma confusão dessas”. Estão se referindo à

assistência técnica prestada pelo órgão do governo e aos problemas com o financiamento do Pronaf.

No segundo semestre de 2001 começaram as discussões, entre os assentados, para a eleição de uma outra diretoria da associação. Acompanhei parte destas conversas e, inclusive, participei de uma reunião organizada pelos técnicos do Ruraltins de Palmas, visando discutir a prática do associativismo no assentamento (a figura 11 registra a reunião mencionada).



**Figura 11:** Assentamento Irmã Adelaide: Reunião para discussão do associativismo.  
Fonte: Foto do Ruraltins, 2002.

Nesta reunião os técnicos consideraram que os assentados não sabiam nada sobre esse assunto, pois chegaram a afirmar: “nós estamos aqui para trazer a primeira sementinha do associativismo, daqui pra frente é com vocês”; e ainda: “este assentamento tem tudo para dar certo só depende de vocês mesmos”.

Depois da reunião, os trabalhadores, em rodadas de conversas, que tinham o sentido de avaliar a mensagem dos técnicos, desenvolviam argumentos em desacordo ao afirmado pelos mesmos, filtrando a “educação”

exógena e demonstravam uma aprendizagem significativa, fruto de outras reuniões que aconteceram no assentamento.

Dentre essas conversas, chamaram a atenção as afirmações de dois assentados: “Conheço essa turma que chega e diz que aqui é o céu, que aqui dá tudo, que só depende de nós”; e o outro que fala relacionando o discurso dos técnicos com o seu saber rural: “ingraçado vocês num já viram que existe todo tipo de semente e que nunca vi alguém que conhece de roça querer plantar semente ruim. Pra mim essa semente deles aí ô, tá chocha (e como bom maranhense, mostra com o beicho na direção em que estavam os técnicos).

As duas falas, revelam construção de sabedoria, principalmente de alguém que já aprendeu que na relação com o saber do trabalhador rural, os técnicos agem com profundo desrespeito, inclusive desqualificando as práticas existentes no assentamento. O trabalhador percebe que a fala que passa a idéia de que o sucesso do assentamento é somente de responsabilidade dele, tem o objetivo de esconder a própria responsabilidade dos técnicos como parte desta mesma realidade.

Por outro lado, os trabalhadores sabem, pela experiência do trabalho na lavoura, que quando uma semente é boa, exige mais cuidado e dedicação exatamente para se garantir bons frutos. Neste caso, fica clara a denúncia dos trabalhadores, de que os técnicos, não têm compromisso com o assentamento, pois tratam uma coisa tão importante na linguagem oficial (o associativismo), como uma prática simplista e que parece não pressupor muita dedicação.

No processo eleitoral (para a eleição de dirigente da Associação), três chapas concorreram e era comum ouvir de assentados que tudo ia continuar como antes, “pois esses candidatos não têm condições de administrar o assentamento”.

Observei que há uma reprodução dos vícios da vida política tradicional (o eleito e o eleitor não se comprometem com nada). Parece que há, no universo coletivo, a idéia de que existem problemas tão grandes e importantes a serem resolvidos que, cada um, decide criar uma associação para que ela se responsabilize pela busca de solução desses problemas.

A fala deste assentado é esclarecedora sobre isso:

A associação é coisa boa. Tendo pessoa que trabalha era melhor. O sujeito luta sozinho e não consegue nada. A associação facilita, pois não precisa cada um ir atrás do seu interesse, ela faz isso (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Durante o período da pesquisa participei de uma reunião da associação, convocada pelo presidente, para falar sobre o Pronaf e as eleições para a próxima diretoria da associação. Poucos assentados participaram e aconteceu muita reclamação sobre os recursos do Pronaf e o fato de a diretoria não ouvir os assentados na tomada de decisões.

Conversei com dois assentados sobre a importância da associação para o assentamento e as impressões foram:

Associação hoje não tem importância. Se você souber administrar é boa. Tem que fazer reunião sempre, sem reunião não vai, pois como é que vai decidir as coisas? (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Outro assentado, ao responder o questionamento, tocou num velho problema que é a cooptação das lideranças de associação por parte dos políticos e governo, veja:

A associação precisa saber buscar os direitos nossos. Os políticos aproveitam a associação pra fazer valer só os interesses dele e também o pessoal da associação aproveita para tirar proveito pessoal dos políticos e esquece o assentamento. A comunidade fica de lado, dança (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

De todo modo, a associação é um instrumento que tem permitido aos assentados ir construindo sua vontade política e discutindo, com todos os limites, os problemas aí envolvidos, a vida no assentamento, suas relações com o mundo externo e buscar a democratização das decisões que envolvem a vida de cada assentado no assentamento, inclusive contribuindo para educar o olhar e as práticas dos assentados para fora do assentamento.

### **3.7 Participação política e luta pela terra**

Todos os titulares de lote com os quais conversamos confirmaram que participaram da luta pela terra que deu origem ao assentamento.

Os 33 pesquisados confirmaram sua participação nas atividades necessárias para que a ocupação fosse exitosa. Entre as atividades, as mais citadas foram: muitas reuniões em Palmas e Barrolândia, visitas à fazenda, contatos com o Incra e o proprietário da terra, mutirão para derrubar o mato e plantar a primeira roça; fazer os barracos de lona ou de madeira e palha; o rodízio de trabalhadores, pois a maioria necessitava se ausentar dias seguidos para trabalhar e buscar o sustento da família; outros, que não podiam deixar o emprego em Palmas, optaram por se reunir e organizar cestas de alimentos e encaminhar para os companheiros que estavam na área.

Durante as visitas à fazenda, os trabalhadores tomaram conhecimento, através do proprietário, que haviam iniciado as negociações para vender a terra para o Incra e, a partir daí, eles se “sentiram autorizados” a entrar na terra. Alguns afirmam que o proprietário da fazenda pediu a eles que invadissem a terra para apressar as negociações.

Procurei identificar as razões que fizeram com que os pesquisados decidissem lutar por esta terra e vir para o assentamento. As respostas

refletem que o trabalhador rural é retirante<sup>19</sup>; tem uma história de luta pela terra e, nas andanças, no sofrimento, na consciência dos direitos decide parar e enfrentar a luta por uma terra específica.

A origem dos assentados ajuda a confirmar essa idéia. No caso das famílias pesquisadas, 36% (12) são originárias do Tocantins e 64% (21), originárias de outros estados brasileiros e todos, na época da formação do assentamento estavam residindo no Tocantins, a maioria 57,5% (19) em Palmas e, as restantes distribuídas pelas cidades de Miracema, Barrolândia, Porto Nacional e fazendas próximas ao assentamento. Quanto à faixa etária, o grupo mais numeroso, com 33,3% (11) está com idade entre 50 e 59 anos; 24,2% (08) na faixa etária de 30 a 39 anos; 15,1% (05) entre 60 e 69 anos de idade; 21,2% (07) têm entre 40 e 49 anos e 6,0% (02) assentados têm entre 23 e 28 anos de idade.

Dos termos mais usados nas descrições que fizeram sobre as razões da luta pela terra, destaquei os seguintes: “terra para trabalhar; fugir da terra alheia; ser dono da própria terra; ser livre para trabalhar; lugar de pobre é no sertão; não gosto de cidade; e, no sertão, hoje, é melhor para educar os filhos”.

Essas descrições revelam o que Martins (1995, p. 133) fala analisando o processo de sujeição do sertanejo, principalmente ao dinheiro: “O grande pavor do sertanejo é a sujeição, é ser sujeito de alguém, é ser usado por alguém, usado por alguma coisa”.

A descrição desse assentado demonstra que a luta pela terra no Tocantins não é um fato local, está articulada com as lutas históricas do passado, e de hoje, em todo o Brasil.

Sou filho de lavrador, desde criança desejo ter minha terra. Meu pai tinha terra no Maranhão e os grileiros tomaram dele. Em Imperatriz soufi com os grileiros e

<sup>19</sup> Estudos como o de Martins (1995, p. 114-124) e o de Oliveira (1997) abordam essa temática.

pistoleiros na década de 70. Trabalhei, juntei patrimônio. Acompanhei o MST e foi lá que conheci o Rainha (referindo-se ao José Rainha, um dos líderes do MST, que diz ter conhecido em Imperatriz-MA). Comprei uma terra no sul do Maranhão e perdi as terras de novo. Eu fui obrigado a sair da roça para viver preso na cidade. Fui trabalhar na Usina de Tucuruí, mas não esqueci da terra. Em Palmas fazendo reuniões descobrimos essa terra. Aqui no começo foi difícil, mas agora está bom (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Cada palmo de chão pisado, por este e outros trabalhadores, revela a história de um aprendizado que não é só de cada um individualmente, mas um aprendizado que é coletivo da cidadania, que alimenta a luta pela terra no Brasil.

A partir dessas falas pode-se compreender que esses trabalhadores têm uma longa história de luta por um pedaço de terra para trabalhar e que os mesmos têm consciência de que, depois da conquista da terra, outras lutas precisam ser empreendidas. A conquista da escola, do crédito do Pronaf, das casas, a luta para não se transformar em distrito da cidade de Miracema, no ano de 2000, a luta para aprender e reaprender a trabalhar, a ser agricultor e tantas outras.

O maior legado desse aprendizado, que o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais têm demonstrado, nas lutas contra a apropriação privada da terra é colocar em discussão o modo capitalista de trabalhar e ver a terra, como afirma Martins, citado por Oliveira (1997, p.14):

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho.

Na dinâmica da luta pela terra, os próprios assentados avaliam suas posições e visões sobre o assentamento e o trabalho na terra. Procurei saber que lições eles haviam aprendido da luta vitoriosa pela terra que conquistaram. As respostas mais presentes foram: a conquista da terra pela união de todos; que o sofrimento valeu a pena; aprendi a viver e trabalhar

junto com os outros; o diálogo como forma de resolver os problemas; que existe desigualdade entre nós, dentro do próprio assentamento; aprendi a negociar com gente estranha (os políticos, órgãos dos governos municipal, estadual e federal) e aprender a trabalhar com a terra que é minha.

É importante salientar que essas falas aconteceram nos anos de 2001/2002 acerca de experiências e fatos que ainda estão em curso, o que evidencia que os assentados estão elaborando conhecimentos a partir de suas práticas produtivas e políticas no assentamento (Therrien, 1993, p.46-7). Embora algumas referências estejam situadas no ano de 1997, e inclusive antes deste período, mesmo assim, os assentados apresentam uma visão crítica sobre sua própria participação política na vida do assentamento. Alguns depoimentos demonstram essa questão:

*Aprendi muito, porque pra mim a Reforma Agrária tem o sentido de trabalho, de produção agrícola, mas no meu ponto de vista o assentado sofre mais de que sovaco de aleijado. O povo lá do Incra fica nos gabinetes e não resolve nada. Eu hoje falo pra minha alma, com a experiência que esse corpo velho tem hoje, se eu morrer, não volte pro assentamento (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).*

Este trabalhador revela, em sua fala, que o aprendizado que teve, na luta pela terra no Assentamento Irmã Adelaide, não se limitou ao processo produtivo necessário para a sua sobrevivência e a da família; este saber, construído ali no assentamento, extrapolou a cerca do seu lote, pois considerando a vida sofrida naquele espaço, é capaz de avaliar a postura ineficiente do Incra no processo que ele está vivendo. Esta perspectiva de construção de saber social é compreendida por Maria Nobre Damasceno (1993, p. 53), ao afirmar que,

*Os grupos humanos nas suas relações de trabalho não produzem tão-somente a vida material, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo um conjunto de idéias e representações que se vinculam às suas condições de existência.*

Este outro depoimento é revelador do conteúdo educativo presente na luta pela terra levada a cabo, e de forma solidária, no Assentamento Irmã Adelaide:

Fiquei sabendo com as experiências dos outros, como lidar com a roça, mas tem outra coisa que foi mais importante: aprendi a conhecer direitos e lutar por eles junto com o grupo (Trabalhadora Rural Assentada do PA – Irmã Adelaide).

A trabalhadora, informante da pesquisa, revela o aprendizado que teve no processo de conquista da terra e que isso permitiu a ela, além de dominar conhecimentos essenciais para a sua vida, enquanto assentada, com a ajuda de outros, afirma que aprendeu a conhecer seus direitos, ou seja, é uma trabalhadora a quem a luta pela terra permitiu tornar-se cidadã.

Esse saber social construído por esta trabalhadora gerou, no caso dela, a consciência dos seus direitos de cidadã<sup>20</sup>, e tornou possível identificar no espaço do assentamento a definição de saber social de Cândido Grzybowski (1983, p. 8):

Saber social expressa o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes produzidas pelas classes, para dar conta de seus interesses. Trata-se do saber que identifica e unifica uma classe, dá-lhe elementos para se inserir em uma estrutura de relações sociais de produção, para avaliar se tais soluções e, enfim, trata-se de um saber instrumento de organização e de luta.

Os trabalhadores assentados, já detinham distintas experiências de trabalho com a terra, mas sempre numa relação de mando, onde alguém definia a forma e o quê ele devia fazer. O assentamento oferece outras possibilidades de vida; neste momento, a possibilidade de não ser “empregado de ninguém” e fazer com a terra aquilo que cada trabalhador pensa que deve fazer. No entanto, pudemos observar a prática da discussão (informal) do quê

<sup>20</sup> Esta trabalhadora, durante todas as visitas que fiz ao assentamento, sempre estava questionando a situação do assentamento e inquirindo os outros assentados sobre o quê fazer para melhorar a vida no assentamento.

e como se deve fazer para viver a vida de um assentado, como revela o depoimento:

Aprendi a trabalhar junto com os outros e a buscar coisas para todos. Nossas máquinas nunca deram resultado (referindo-se ao trator e ao caminhão adquirido com dinheiro de todas as famílias e que passam a maior parte do tempo quebrado), mas eu aprendi com elas, como não se deve fazer um negócio (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

A complexidade da vida no assentamento traz exigências de toda natureza para o assentado; como vimos na fala desse informante, que traz em sua memória a experiência dos erros da associação e traduz isso em um aprendizado, ou seja, agora eu sei que esse tipo de decisão (negócio), prejudica a todos que estão no assentamento.

Esse tipo de saber anunciado por este trabalhador, pode ser entendido, a partir de uma classificação, do saber social, em três dimensões, feita por Damasceno<sup>21</sup> (1993, p. 56):

1. Trata-se de um saber que é produzido coletivamente no processo de trabalho, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política, sendo então apropriado pelos camponeses;
2. É um saber hierarquizado pela prática social do grupo, ou seja, em função das prioridades da vida real, da luta cotidiana;
3. Finalmente, a força desse saber reside em ser o mesmo instrumento da prática social, permitindo ao grupo se inserir em determinadas relações econômicas, políticas e culturais. Trata-se de um instrumento mediante o qual o grupo participa, integrando-se e/ou opondo-se, resistindo, lutando no contexto das referidas relações.

### 3.8 A subjetividade

Procurei agrupar na categoria subjetividade as informações que dessem conta de mostrar a leitura do assentado sobre a sua vida hoje (com

---

<sup>21</sup> A autora informa que esta tipologia foi apresentada por Grzybowski.

terra) e antes de ter a terra; suas expectativas de vida e seus sonhos com relação ao assentamento.

O trabalhador rural é, acima de tudo um sonhador. A vida no assentamento é sofrida, mas 96% dos pesquisados disseram que sua vida hoje é melhor do que antes de ter a terra. Os argumentos que apresentam são: a vida sossegada do sertão e a casa que nunca tiveram; assim como as razões apresentadas por mais da metade das famílias pesquisadas: a idéia de autonomia, segurança e liberdade que dizem ter para viver e trabalhar em sua terra. Apenas um informante disse que sua vida hoje não é melhor do que antes e alega todo o sofrimento dele e da família no início do assentamento, mas não deseja “voltar pra vida de peão dos outros”.

Quando olham e analisam sua vida hoje, o fazem reforçando o aprendizado que tiveram; e levam em conta a vida nas periferias das cidades; a capacidade de transformação de uma terra ociosa em terra que produz e traz esperança de vida, bem como a liberdade e a autonomia de vida que a partir da terra conquistam. Cerca de 90% dos pesquisados, dizem que sua vida hoje é melhor por razões como estas apontadas nos depoimentos a seguir:

Quem trabalha na sua terra é diferente de quem trabalha na terra alheia. Eu aprendi a conviver com os outros no assentamento e colocar em prática o que sei na minha terra (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Minha vida é melhor porque hoje tenho um capital que tô administrando e é meu e de minha família. O convívio social com os outros. Nunca morei em cidade, foi sempre no mato e aqui tem tudo o que eu preciso (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Rapaz, a melhor coisa é o fato de que hoje eu não sou mandado dos outros; não sou mais cigano de fazenda em fazenda; tenho endereço (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

A realidade vivida por estes trabalhadores, ou seja, voltar para a terra, não é uma viagem que é feita pela primeira vez, na verdade representa a conquista de certas condições objetivas, essenciais para a reconstrução de

uma cultura e de um modo de trabalhar que, temporariamente, foi interrompido pelo processo de expropriação da terra.

Walderês Nunes Loureiro (1988, p. 84-5), diz que “a consciência de classe é matéria prima para a ação educativa” e “que as diferentes práticas educativas também transformam a consciência”. No caso dos depoimentos de assentados acima citados, está presente a manifestação de um conteúdo novo, acerca do mundo rural e, particularmente da realidade que envolve a vida no assentamento, bem como a transformação da consciência de desempregado de outrora, ou seja, a luta pela terra, antes e depois da formação do assentamento, gerou outras visões de mundo, pode estar nascendo outro tipo de camponês em Miracema.

As falas desses trabalhadores também permitem inferir que ainda não compreenderam o “caráter aparente” da sua situação frente ao fato de se entenderem como proprietários de terra, autônomos, livres da exploração capitalista, o que expressa uma “consciência que percebe sua realidade de modo fragmentada e não em sua totalidade”. Damasceno (1993, p. 66), diz que o:

Pequeno produtor familiar não é dono do produto do seu trabalho, pois este é apropriado pelo capital, é fácil depreender que a percepção de que a propriedade da terra garante o controle do processo de trabalho por parte do camponês é uma representação da existência do camponês que é necessariamente aparente.

No caso dos trabalhadores informantes desse estudo, predomina uma produção fundada num sistema tradicional de trabalho individual e, esta condição também é geradora de uma correspondente visão de mundo. Acerca disso, Martins (1980, p.15) diz: “condições individuais e familiares de trabalho, isoladas, produzem também uma consciência, uma visão de mundo, que reflete, que expressa, esse isolamento”. Mesmo que os trabalhadores estejam lutando para romper com seu isolamento.

Quando manifestam os sonhos, percebe-se que a vida no assentamento produz, para eles, situações novas, e há perspectivas de superação dos problemas mais complexos vividos no passado. Por outro lado, o assentamento vai criando e recriando outras condições de enfrentamento dos problemas, outras formas de pensar, de sentir e de se relacionar com o mundo a partir do assentamento, na condição de trabalhador que não precisa sair pedindo comida e trabalho. Alguns manifestam, através das falas e gestos, uma alegria muito grande pela vida que levam.

Dos 33 pesquisados 39,3% (13) afirmam que daqui a dez anos imaginam o assentamento como uma cidade, embora três destes, complementem que “vai virar uma cidade, mas não é o meu desejo”. Ou seja, o assentado tem consciência dos processos de expansão das cidades em direção ao campo e já imagina que eles não terão autonomia para se autogerir e suportar as pressões de toda natureza, inclusive as de se tornar cidade.

Durante o ano de 2000, numa manobra do chefe do Poder Executivo Municipal de Miracema e de parte dos Vereadores da cidade, foi realizada uma Sessão Especial da Câmara Municipal de Miracema no assentamento e, a principal matéria que estava em votação era a transformação deste, em Distrito de Miracema. Os assentados se articularam com Vereadores de oposição e não aceitaram a proposta sob o argumento de que seriam prejudicados, pois não teriam mais o controle sobre as terras que são deles.

Na época, os assentados aliaram a tentativa de criar o distrito ao fato de que com a construção da UHE –Lajeado, o lago que se formou tomaria (como se confirmou) 96 alqueires de suas terras às margens do Córrego Santa Luzia e os “grandões” estavam querendo ganhar a indenização. Até o final da coleta dos dados desta pesquisa não se havia concluído o

processo em que os assentados deram entrada solicitando indenização das terras.

Neste caso, a solução encaminhada pelos trabalhadores (que não é definitiva), numa negociação, na qual souberam buscar a parceria de um segmento da sociedade política de Miracema, que são os vereadores, contrariando os interesses do chefe do poder executivo, demonstra o significado e a riqueza do saber construído, reconstruído e assumido diferentemente, por todos os envolvidos neste espaço da luta pela terra no assentamento.

De acordo de Grzybowski (1984) citado por Damasceno (1993, p. 70-1), com esta ação:

Fica demonstrado que os camponeses possuem um saber próprio, síntese de um aprendizado na vida cotidiana, fruto do modo como organizam a produção e as relações sociais no seu trabalho concreto, fruto do "processo de criação e recriação das suas condições de existência material e social.

Alguns sonhos sobre o assentamento, os depoentes descreveram assim:

Vai ser uma cidade e as parcelas na margem do lago serão tomadas pelos homens do dinheiro. As pessoas que se identificam com o trabalho na terra já foram todas embora. Isso aqui vai virar uma grande zona de produção agrícola e leiteira (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Outro assentado, vê no futuro, o assentamento virando uma cidade e justifica porque este não é o seu desejo:

Vai virar uma cidade, mas eu não desejo isso não, porque da cidade eu já vim e lá não era bom pra mim (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

Existem aqueles que ficaram pensativos diante do questionamento, refletiram e apresentaram uma fala que apresenta dúvidas e são mais cuidadosos no seu sonho, como este:

Pela experiência, penso que ele pode se desenvolver; depende do governo, dos políticos que incentivam a produção; as parcerias com as pessoas que conhecem e que podem nos ajudar. Não pode é ter terra e ficar sem comida (Trabalhador Rural Assentado do PA – Irmã Adelaide).

As falas refletem também aquilo pelo qual estão dispostos a lutar para conquistar em nome de suas famílias e do assentamento. Há sonhos que já se tornaram realidade, particularmente aquele de voltar para a terra, reaprendendo a vida de camponês, juntamente com a família e nas relações que mantém com os outros segmentos da sociedade. Como diz Loureiro (1988, p. 83):

No caso específico de uma luta social, os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a sua realidade. Ao vivenciar estas experiências, o trabalhador estabelece relações com outros indivíduos, tanto da sua como de outras classes, frente a uma situação concreta e específica. Destas relações resultam conhecimentos, resulta aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar a dimensão educativa da luta pela terra gerada pelos trabalhadores e trabalhadoras, assentados e assentadas, do Assentamento de Reforma Agrária denominado Irmã Adelaide, localizado no município de Miracema do Tocantins.

A análise realizada procurou captar os conhecimentos produzidos pelos trabalhadores, na luta pela terra, a partir do modo de vida e das exigências de sociabilidade que os mesmos criaram e recriaram, desde que decidiram que aquela se tornaria a terra, pela qual estão fazendo uma luta, até este momento, vitoriosa.

O estudo demonstrou que, desde o início quando os trabalhadores faziam as primeiras reuniões de organização do movimento, na cidade de Palmas, em 1996, os camponeses acumularam experiências que foram vitais, para as fases posteriores, quando já se encontravam na área da fazenda que eles transformaram em assentamento.

A vivência no assentamento exigiu dos trabalhadores a discussão de situações novas para os mesmos. A principal delas foi a organização do assentamento para permitir a produção dos produtos mais necessários para a sua vida de camponês.

Os desafios para a sobrevivência são uma constante no assentamento Irmã Adelaide e, ao discutir as questões da produção, os assentados se dão conta de que há diferenças entre eles, que nem todos vêm a terra da mesma forma, que há distintas experiências e saberes sobre como produzir e o quê produzir, o que significou romper os fortes laços de união, oriundos do momento inicial de conquista da terra.

A consciência dessas diferenças gerou divisões internas, mas os assentados foram capazes de, além de se perceberem como detentores de distintas experiências, se conscientizaram de que há também distintos interesses entre eles, no entanto, mesmo perdendo parte da solidariedade inicial, transformaram essas diferenças, incorporando-as ao universo cultural de cada família como novas experiências e em alguns casos, transformaram sua visão de mundo.

No contexto de superação e de aprendizagens a partir dessas dificuldades, os trabalhadores perceberam que os seus problemas não tinham origem somente dentro do assentamento e que a busca de solução para os mesmos, exigia complicadas negociações com segmentos da sociedade que são dominantes e, de certa forma, os causadores desses problemas.

Bergamasco e Norder (1996, p. 42), analisam que:

Após a (re) conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes, em grande medida, do descaso de um poder público que não tem oferecido a necessária infra-estrutura social de saúde, educação, transporte, energia elétrica etc, nem uma política agrícola condizente com as especialidades socioeconômicas e regionais destes produtores.

Os trabalhadores perceberam que o assentamento necessitava de alguns serviços de interesse coletivo (educação, saúde, água tratada, energia, crédito, assistência técnica, estrada e outros), que são direitos dos trabalhadores, e que isoladamente, não conseguiriam. O aprendizado das reuniões iniciais, em Palmas, está na memória dos trabalhadores como referência da conquista da terra, neste caso, buscaram conquistar esses serviços coletivos com a criação de uma Associação de assentados.

Os assentados conceberam a associação como um instrumento que busca conquistar uma vida melhor para todos no assentamento. Nesta perspectiva, a associação deveria ser um espaço democrático de discussão da

vida no assentamento e não somente mecanismo de busca de benefícios econômicos.

As realizações da associação transitam entre questões de curto prazo que significam benefícios pontuais (como conseguir que a Prefeitura ajude no preparo do solo, na compra de adubo) e questões mais estratégicas, como foi o caso da conquista da escola, da rede de energia, os recursos do Pronaf e a canalização da água. No entanto, os assentados não conseguiram, até agora, construir uma associação que vá além da busca de benefícios econômicos.

A experiência de formação de uma associação com essas características gerou muitos conflitos, pois todas as decisões e informações foram deixadas sob a responsabilidade das diversas diretorias que assumiram a direção da mesma. Os assentados não conseguiram superar os conflitos de interesses internos e externos acerca das principais questões de interesse comum e isso tornou a associação uma fonte de discórdia e acusações entre eles. Na medida em que não perceberam a importância de uma associação forte, na qual todos participam e contribuem na tomada de decisões, e se negaram a participar, a mesma foi sendo assumida, em alguns momentos, por pessoas que usaram a associação para se beneficiar ou associar o assentamento a pessoas descomprometidas com a vida no assentamento.

Mesmo sendo um organismo fruto das aprendizagens dessa luta pela terra e com algumas conquistas de benefícios importantes, os assentados não têm uma boa relação com a associação, que é vista como um instrumento estranho, distante, o que reproduz, na prática desses camponeses, a mesma perspectiva de participação política tradicional com base no clientelismo.

A análise das informações permitiu demonstrar que as lutas dos camponeses do Assentamento Irmã Adelaide, não se restringiram à defesa da simples sobrevivência do grupo familiar, a partir da produção de alimento;

mas que, pelo contrário, foram além, pois a experiência de produzir a subsistência se deu no confronto com necessidades típicas para a reprodução de outras esferas da vida camponesa.

A reprodução da vida camponesa em um assentamento também, e principalmente, se faz pela rica conquista de ser produtor de alimentos juntamente com o seu grupo familiar, ou seja, o Assentamento Irmã Adelaide está se constituindo como um espaço, no qual a apropriação da terra pelos camponeses, a transformou em terra para o trabalho com características de agricultura familiar e não em terra para a exploração do trabalho alheio (Martins, 1980).

Esta agricultura familiar que se desenvolve no assentamento, só é possível em virtude do esforço das famílias, no sentido de buscar, nas experiências passadas e nos saberes adquiridos da situação atual, as condições para recriarem suas vidas, não somente no sentido material; ali, além dos produtos necessários para o consumo doméstico e a comercialização, se produz cultura, se vive uma religiosidade, um modo de ser, pensar e viver as relações necessárias à constituição de outro trabalhador rural em Miracema.

Assim, pode-se afirmar que o movimento que deu origem ao Assentamento Irmã Adelaide e o próprio assentamento, se constituíram em um espaço educativo de fundamental importância para as famílias. Esta dimensão educativa presente nas relações sociais, do assentamento, contribuiu para que as famílias tomassem consciência de direitos que lhes eram negados e, inclusive dominassem estratégias específicas para defendê-los.

A trajetória de vida itinerante dos camponeses do Assentamento Irmã Adelaide constata que a produção e a transmissão de saberes são inerentes à natureza humana. No caso dos modos de vida que se desenvolvem no espaço do assentamento, constata-se que aqueles camponeses se educaram

na luta pela terra, mas que a todo o momento destacavam a importância da educação escolar, para os filhos e para a própria luta deles.

Resgatar a dimensão educativa da luta pela terra num assentamento de reforma agrária, é importante, porque demonstra que apesar das dificuldades estruturais, a reconstrução da vida de camponês tem proporcionado melhores condições de vida para esses trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo Brasil.

Esta pesquisa aponta a necessidade da continuidade de estudos para aprofundar e/ou aprimorar a dimensão educativa que as práticas sociais aqui investigadas comportariam.

## BIBLIOGRAFIA

AJARA, César(Org.) *O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira*. Rev. Bras. de Geografia, Rio de Janeiro, v. 53, p. 5-48, Out/Dez. 1991.

ÁLVARO DE VITA. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1997.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERGAMASCO, S. M. e NORDER, L. A C. *O que São Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Carmo. *Jurubatuba (Romance)*. Goiânia: Dep. Est. De Cultura, 1972.

\_\_\_\_\_. *Santa Rita*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 25. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Saber e Ensinar: três estudos de educação popular*. Campinas: SP, Papirus, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Trabalho de saber*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRASIL. *Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Política de Assentamentos*. Brasília:INCRA, 1987.

CALADO, Alder Júlio Ferreira (Org.). *Movimentos Sociais e Cidadania: um enfoque multifacetado*. João Pessoa-PB: Idéia, 2000.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: R.J.: Vozes, 2000.

CARDOSO, Ruth C. L. *Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico*. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M. H. T. de (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

CARVALHO, Horácio Martins de. *A Estrutura das Classes Sociais no Campo*. In: BONIM, A. A. et al. *Movimentos Sociais no Campo*, Curitiba: Edições Criar, 1987.

CAVALCANTE, Maria de Lourdes Antonio. *Geografia do Tocantins*. Palmas: Sebrae, 1998.

CEDI. *Sindicalismo no Campo – Entrevistas (Avaliação, Perspectivas e Desafios)*. Cadernos do CEDI, n. 20. São Paulo, 1990.

CLÍMACO, Arlene C. de A. *Democracia e Sindicalismo no Brasil*. Universidade e Sociedade (DF), v. 9 n. 19, Maio/Agosto, 1999 (p. 84-88).

CONVÊNIO INCRA/CRUB/UnB. *I Censo da Reforma Agrária no Brasil*. Estudos Avançados, 1997.

COSTA, Beatriz. *Para Analisar uma prática de Educação Popular*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes/Nova, 1987.

CRUZ, José Adelson da. *Luta Pela Terra, Práticas Educativas e Saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. UFG – Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira, Goiânia, 2000.

CUT/CONTAG. *Reforma Agrária*. Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical. Série Experiências, n. 10, São Paulo, 1999.

DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do Enfrentamento no Cotidiano das Lutas do Campo*. Cadernos ANPED. São Paulo, n. 6, Out. 1994.

DAMASCENO, Maria Nobre e THERRIEN, Jacques (Coords.) *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papyrus, 1993.

FERNANDES, B. M. e STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERRANTE, Vera Lúcia B. *Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa*. In: MEDEIROS, L. S. de et alli (Orgs.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos Movimentos Sociais; paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOVERNO DO TOCANTINS. *Tocantins em Revista: O Coração do Brasil*. FGV/SEPLAN, Palmas, Julho, 2001.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes/Fase 1987 e 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural*. Rio de Janeiro: Iesae/FGV, 1983.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. *Formas de Organização Camponesa em Goiás(1954-64)*. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

GURVITCH, Georges. *As Classes Sociais*. São Paulo: Global Editora, 1982 (Coleção Bases – 44).

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JACOBI, Pedro. *Movimentos reivindicatórios urbanos, Estado e Cultura Política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos políticos-institucionais no Brasil*. In: LARANJEIRA, Sônia (Org). *Classes e Movimentos Sociais na América latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-84*. São Paulo: Cortez, 1989.

LARANJEIRA, Sônia (Org). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

LEITE, José Carlos. *Resistência e Transformação do Camponato no Sudoeste Mato-Grossense: aspectos educativos da luta pela terra: o caso do assentamento Mirassolzinho- Jauru/MT*. Cuiabá: ed. da UFMT, 1993.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

LUKÁCZ, Georg. *História e Consciência de Classes*. Estudos de Dialética Marxista. Porto, Escorpião, 1974.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. Pioneira: São Paulo, 1975.

MARTINS, José de Sousa. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a história possível. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, V.11, n.º 2, p. 97-127, Fevereiro de 2000.*

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.* São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Modernização Agrícola e Industrialização no Brasil. In: Capitalismo e Tradicionalismo; estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.* Pioneira: São Paulo, 1975.

MARX, K. *A Origem do Capital: A Acumulação Primitiva.* Trad. Walter S. Maia. 6. Ed. São Paulo: Global Editora, 1989 (Coleção Bases – 44).

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto Comunista 150 anos depois.* Carlos Nelson Coutinho (et. Al); Daniel Aarão Filho (org.) Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, K. *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Senhor Proudhon.* Trad. Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.* 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política; O Processo Global da Produção Capitalista.* Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. V. 5, Livro Terceiro, São Paulo: Nova Cultural, 1988 ( Os Economistas).

MARX, Karl e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã.* Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença e Martins Fontes, 1976.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo.* Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONTEIRO Sílvio Tavares. *Fronteira Oeste: a capacitação para a formação de empresas associativas.* IATTEMUND: Brasília, 1990.

NETO, Luiz Bezerra. *Sem-Terra Aprende e Ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais.* Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural: reforma agrária em migalha.* Niterói: EDUF, 1997.

NORONHA, Olinda Maria. *De Camponesa a "Madame": trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.

NUNES, José Irismar Alves. *Desviaram-me do caminho da roça: um estudo sobre a ocupação do espaço agrário na região do Córrego Landi-Miracema do Tocantins-TO*. Monografia de Curso de Pós-Graduação em Administração Rural: Unitins, Miracema, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *O Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

ORTÊNCIO, Bariani. *Sertão Sem Fim: Contos*. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

OSSOWSKI, Stanislaw. *Estrutura de Classe na Consciência Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALACÍN, Luís G. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as três Revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Campinas-SP: Alínea, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Aprender e Ensinar no cotidiano de assentamentos rurais em Goiás*. Revista da ANPED. São Paulo, n. 10, jan/abr. 1999.

PINHEIRO, Ana Maria. *Assentamentos de Reforma Agrária em Goiás: processos de organização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

POULANTZAS, Nicos. (Org.) *Teoria das Classes Sociais*. Porto, Escorpião, 1976.

QUINTANEIRO, Tânia et al. *Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e Boiadas*. 6ª. Ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1984.

SADER, Emir (Org). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, Otávio Barros da. *Breve História do Tocantins e de Sua Gente: uma luta Secular*. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. Brasília: Solo Editores, 1996.

SOUZA, Maria de Lourdes. *Participação em Associação de pequenos produtores: dilemas da administração coletiva*. Lavras: UFLA, 1995.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Estratificação Social e Estrutura de Classes: um ensaio de interpretação*. In: VELHO, Otávio B. et Al(Org.). *Estruturas de Classe e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TERRIEN, Jacques. *A Professora Rural: o saber de sua prática social na esfera da construção social da escola no campo*. In: DAMASCENO, M. N. *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993.

TORRES, Ártemis. (Org.). *Mato Grosso em Movimento: ensaios de educação popular*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

# ANEXOS

## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO EXPLORATÓRIO APRENDENDO A PLANTAR ESPINHO: A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA PELA TERRA NO Assentamento Irmã Adelaide em Miracema - TO

#### PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS ASSENTADOS

##### 1. Identificação dos Assentados

Lote Número: \_\_\_\_\_ Mora no Assentamento desde \_\_\_\_\_

Titular do Lote \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Número de Filhos \_\_\_\_\_

Menores de 12 anos \_\_\_\_\_ Maiores de 12 anos \_\_\_\_\_

Números de Homens \_\_\_\_\_ e de Mulheres \_\_\_\_\_

Há mais de uma família no lote \_\_\_\_\_ Motivos \_\_\_\_\_

Que atividades religiosas existem aqui no assentamento

Participa dessas atividades

Que razões fizeram você vir para esse assentamento

##### Escolaridade:

Analfabetos \_\_\_\_\_ 1ª a 4ª Série \_\_\_\_\_ 5ª a 8ª Série \_\_\_\_\_

2º Grau Incompleto \_\_\_\_\_ 2º Grau Completo \_\_\_\_\_

Curso Superior Incompleto \_\_\_\_\_ Curso Superior Completo \_\_\_\_\_

Que futuro você deseja para seus filhos \_\_\_\_\_

Na Safra 2000/2001 o que plantou e quanto colheu \_\_\_\_\_

Na Safra 2001/2002 você vai cultivar que produtos \_\_\_\_\_

Tamanho da área plantada \_\_\_\_\_

Quanto espera colher \_\_\_\_\_

Vai plantar no seu lote ou na área coletiva \_\_\_\_\_

Quais as razões de plantar dessa forma \_\_\_\_\_

Você comercializa parte da produção \_\_\_\_\_

Como acontece essa comercialização \_\_\_\_\_

A sua roça é em terra arada ou de toco \_\_\_\_\_

De que modo preparou a terra para o plantio \_\_\_\_\_

Utiliza algum tipo de adubação \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Utiliza defensivo agrícola \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Todas as pessoas de casa trabalham na lavoura \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você contrata o trabalho de outras pessoas em que situações \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tem financiamento \_\_\_\_\_ Procefa \_\_\_\_\_ Pronaf \_\_\_\_\_

Projeto elaborado para \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

valor do financiamento \_\_\_\_\_ Tempo \_\_\_\_\_ Juros \_\_\_\_\_

Valor das parcelas \_\_\_\_\_

O que você pensa sobre esse recurso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Faz trabalho remunerado \_\_\_\_\_ Quantas pessoas em casa faz isso

\_\_\_\_\_

Onde ocorre esse trabalho remunerado:

Na cidade (qual) \_\_\_\_\_

Em fazendas próximas ao Assentamento

No próprio Assentamento

Dedica em média quantos dias por mês a esse trabalho remunerado \_\_\_\_\_

Quanto consegue ganhar por mês com esse trabalho \_\_\_\_\_

## 2. Procedência do Assentado

De onde veio: Estado \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Quando \_\_\_\_\_

Que razões fizeram você vir para essa região \_\_\_\_\_

Onde morava participava de festas / rezas/ mutirão \_\_\_\_\_

É Filho de agricultor \_\_\_\_\_

Antes de vir para essa terra estava:

- Trabalhando com agricultura e morando no campo
- Trabalhando com agricultura e morando na cidade
- Morando na cidade e trabalhando na cidade
- Trabalhando com pecuária

Como ficou sabendo dessa terra aqui \_\_\_\_\_

## 3. A Ocupação da Área

Como foi o início da ocupação dessa terra \_\_\_\_\_

Como vocês se organizaram para ocupar essa terra \_\_\_\_\_

Quem selecionou os Assentados \_\_\_\_\_

O que você fez nessa fase \_\_\_\_\_

Descreva como se deu a conquista da terra \_\_\_\_\_

Que lições o(a) Senhor / Senhora tirou daquele período de luta pela terra

Olhando para o que fez naquele período o que diria hoje \_\_\_\_\_

Quem ajudou na conquista da terra (Pessoas / Entidades) \_\_\_\_\_

Como você analisa a participação do INCRA para a formação do Assentamento \_\_\_\_\_

#### **4. O Ontem e o Hoje na Vida do Assentado**

O que mudou de sua vida de ontem ( antes de Ter essa terra) para a sua vida de hoje \_\_\_\_\_

Sua Vida hoje é melhor do que antes de Ter essa terra (porque)

Quais as expectativas de vida para você e sua família aqui nessa terra

Que tipo de situação existe aqui no Assentamento e que você não gosta

---

---

---

Descreva as coisas boas que são fruto das ações de vocês

---

---

Como você imagina este Assentamento daqui há 10 anos

---

---

## **ANEXO II**

### **APRENDENDO A PLANTAR ESPINHO: A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA PELA TERRA NO Assentamento Irmã Adelaide em Miracema - TO**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. O que você sabe sobre a Associação
2. Como aconteceu a criação da Associação
3. Durante esses anos para que serviu a Associação
4. Comente como acontece as reuniões
5. Como deveria ser a Associação